

Relatório anual de atividades do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto - 2021



ENIMPACTO Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de impacto

15/12/2021

2021 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

Decreto nº 9.977/19

Art. 9º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto encaminhará ao Ministro de Estado da Economia, na última quinzena de dezembro de cada ano, relatório de monitoramento que conterà os resultados alcançados e as metas para o período subsequente.

Sumário

EDITORIAL	7
Quadro Resumo da Situação das Ações da Enimpecto	11
Quadro Resumo da Quantidade de Iniciativas Realizadas por ano por cada GT	11
EIXO 1 Ampliação da Oferta de Capital	12
Descrição geral dos trabalhos realizados no âmbito do GT1	12
Meta do GT 1 até 2027	12
Indicadores GT 1	13
Macro-objetivos.....	14
Quadro Resumo da Quantidade de Iniciativas Realizadas em cada macro objetivo por ano pelo Eixo 1: Ampliação da Oferta de Capital.....	14
Tabela Situação das Ações do Eixo 1: Ampliação da Oferta de Capital.....	15
Ações prioritizadas e iniciativas realizadas em 2021 pelo GT 1.....	21
Ação 1.1.2 Propor instrumentos e veículos financeiros que sejam mais adequados às características dos negócios de impacto	21
Iniciativa 1.1.2.5 Criação de um fundo contábil de até R\$ 30 milhões (recursos não reembolsáveis) direcionados para negócios de impacto	21
Ação 1.1.4 Estimular a criação de chamadas públicas para fundos de investimento com tese de impacto, com atenção à recomposição de fontes de recursos orçamentários para estas ações.....	21
Iniciativa 1.1.4.1 Chamadas de apoio específicas para fundos de investimento comprometidos a apoiar negócios de impacto.....	21
Ação 1.2.9 Disponibilizar informações sobre conceitos, dados e casos de referência de investimento e negócios de impacto para fomentar o fortalecimento e expansão de ecossistemas locais/regionais, sempre que possível vinculando com oportunidades dos ODSs.....	21
Iniciativa 1.2.9.5 Vitrine de oportunidades de investimento de impacto	21
Iniciativa 1.2.9.6 Fomento de iniciativas estruturantes de ecossistemas de impacto.....	22
Instituições Participantes do GT 1	22
Convidadas para integrar grupos de trabalho.....	22
Sugestão de ações a serem prioritizadas em 2022.....	23
a) Ação Estratégica: Estimular a criação de chamadas públicas para fundos de investimento com tese de impacto, com atenção à recomposição de fontes de recursos orçamentários para estas ações	23
b) Ação Estratégica: Estimular a criação de novos instrumentos financeiros para apoio a negócios de impacto	23

c) Ação Estratégica: Fomentar o fortalecimento e a expansão de ecossistemas locais/regionais, sempre que possível vinculando com oportunidades dos ODSs.....	23
d) Ação Estratégica: Estimular que fundos sociais e outros instrumentos financeiros de agências de fomento e bancos públicos fomentem Negócios de Impacto.....	23
EIXO 2 Aumento do Número de Negócios de Impacto	24
Descrição geral dos trabalhos realizados no âmbito do GT2	24
Meta do GT 2 até 2027	24
Indicadores GT 2	25
Quadro Resumo da Quantidade de Iniciativas Realizadas em cada macro objetivo por ano pelo Eixo 2: Aumento do Número de Negócios de Impacto	25
Tabela Situação das Ações do Eixo 2: Aumento do Número de Negócios de Impacto.....	27
Ações priorizadas e iniciativas realizadas em 2021 pelo GT 2.....	34
Ação 2.1.1 Expandir programas de mentoria aos empreendedores com especialistas de mercado e/ou de impacto	34
Iniciativa 2.1.1.7 Continuação da execução do Programa Inovativa de Impacto	34
Iniciativa 2.1.1.8 Curso online Sebrae “Como criar um modelo de negócio de impacto socioambiental”	34
Ação 2.1.2 Conectar empreendedores de negócios de impacto com serviços de suporte da área legal, comercial, de comunicação, captação de recursos, acesso a serviços financeiros, etc.	34
Iniciativa 2.1.2.2 Atendimentos executados pelos Sebrae estaduais.....	34
Ação 2.1.5 Disseminar para os empreendedores os mecanismos de financiamento existentes para negócios de impacto.....	35
Iniciativa 2.1.5.1 Lançamento do Guia "Negócios de impacto: oferta de capital"	35
Ação 2.1.6 Realizar “censo anual de negócios de impacto no brasil”, a partir de uma plataforma online (nova ou existente) agregando análise crítica sobre os dados levantados.	35
Iniciativa 2.1.6.5 3º Mapa de negócios de impacto – Pipe.Social.....	35
Ação 2.2.4 Estimular que gestores de grandes empresas compartilhem seus desafios de gestão, insumos e processos para ampliar o impacto positivo da empresas em comunidades vulneráveis	35
Iniciativa 2.2.4.1 Maratona de ideias de impacto (Sebrae RJ e Oi Futuro)	36
Iniciativa 2.2.4.2 Programa Natureza Empreendedora (Sebrae RJ e Fundação Grupo O Boticário) ..	36
Ação 2.3.2 Desenvolver conteúdo de treinamento alinhado com as necessidades e a escolaridade dos empreendedores de impacto de menor renda	36
Iniciativa 2.3.2.1 Programa Superare.....	36

Ação 2.3.3 Articular fundações e institutos corporativos para a criação ou apoio a programas focados em mulheres, em classes específicas (indígenas, comunidade quilombola, LGBT, pessoas com deficiência), em jovens e/ou inscritos no CadÚnico para que criem negócios de impacto.....	37
Iniciativa 2.3.3.1 Programa Quartzó.....	37
Ação 2.4.2: Promover e disseminar metodologias e casos de referência de avaliação de Negócios de Impacto	37
Iniciativa 2.4.2.6: Avaliação da Enimacto por consultor contratado pelo PNUD.....	37
Ação 2.4.3 Promover e disseminar fóruns de capacitação em avaliação de negócios de impacto.	37
Iniciativa 2.4.3.1 Fórum Internacional de Microfinanças	37
Ação 2.4.6 Tornar mais acessível o serviço de mensuração de impacto pelos empreendedores	38
Iniciativa 2.4.6.4 Contratações do serviço de mensuração de impacto no âmbito do Sebraetec.....	38
Instituições Participantes do GT 2	38
Organizações convidadas:	39
Sugestão de ações a serem priorizadas em 2022.....	39
a) Ação Estratégica: - Expandir programas de mentoria aos empreendedores com especialistas de mercado e/ou de impacto.	39
b) Ação Estratégica: Conectar empreendedores de Negócios de Impacto com serviços de suporte da área legal, comercial, de comunicação, captação de recursos, acesso a serviços financeiros etc.	39
c) Ação Estratégica: Desenvolver conteúdo de treinamento alinhado com as necessidades e a escolaridade dos empreendedores de impacto de menor renda	39
d) Ação Estratégica: Estimular que gestores públicos compartilhem seus desafios de gestão e atendimento à população para que empreendedores possam sugerir soluções complementares a políticas públicas e para que gerem mecanismos viáveis de implementação destas soluções.....	39
e) Ação Estratégica: Criar programas de apoio a empreendimentos sociais com estratégia baseada em inovação, buscando a aproximação do ecossistema de Negócios de Impacto com os ecossistemas de inovação existentes no país.....	40
EIXO 3 Fortalecimento das Organizações Intermediárias	41
Descrição geral dos trabalhos realizados no âmbito do GT3	41
Meta do GT 3 até 2027	41
Indicadores GT 3	42
Macro-Objetivos	45
Quadro Resumo da Quantidade de Iniciativas Realizadas em cada macro objetivo por ano pelo Eixo 3: Fortalecimento das Organizações Intermediárias.....	45
Tabela Situação das Ações do Eixo 3: Fortalecimento das Organizações Intermediárias.....	47
Ações priorizadas e iniciativas realizadas em 2021 pelo GT 3.....	53

Ação 3.1.1 Oferecer recursos não reembolsáveis para ampliar a oferta de serviços de organizações intermediárias que apoiem negócios de impacto.	53
Iniciativa 3.1.1.3 BNDES Garagem 2ª. Edição – Seleção de startups.....	53
Ação 3.1.5 Incluir o apoio a negócios de impacto nos critérios de seleção das chamadas públicas e programas de apoio à inovação tecnológica lançados pelo governo federal	54
Iniciativa 3.1.5.5 Programa IDEIAZ powered by Inovativa	54
Iniciativa 3.1.5.6 Chamada CNPq/MCTI/SEMPI Nº 21/2021 - RHAE - Recursos Humanos em Áreas Estratégicas - Pesquisador na Empresa.....	57
Ação 3.2.3 Estimular o reconhecimento de melhores práticas de apoio a negócios de impacto.	57
Iniciativa 3.2.3.11 Inclusão da temática de investimento e negócios de impacto na 31ª Conferência ANPROTEC.....	57
Ação 3.3.1 Engajar órgãos de fomento à pesquisa para que realizem chamadas para a realização de pesquisas relacionadas aos Investimentos e Negócios de Impacto	58
Iniciativa 3.3.1.1 Programa de Apoio ao Empreendedorismo de Impacto Socioambiental do Estado do Rio de Janeiro - Edital FAPERJ.....	58
Iniciativa 3.3.1.2 Programa Favela Inteligente - Edital Faperj.....	58
Ação 3.4.1 Estimular a inclusão da temática de investimentos e negócios de impacto nos programas de empreendedorismo das instituições de ensino superior.	58
Iniciativa 3.4.1.8 Formação do Grupo Executivo das IES.....	58
Iniciativa 3.4.1.9 Realização de Eventos nas IES.....	59
Iniciativa 3.4.1.10 Programa Elos de Impacto.....	60
Iniciativa 3.4.1.11 Programa Academia ICE.....	61
Iniciativa 3.4.1.12 Programa IES da Enimpecto e Rede Brasileira de Comunicação pelo Impacto	62
Instituições Participantes do GT 3	63
Convidadas para integrar grupos de trabalho.....	63
Sugestão de ações a serem priorizadas em 2022.....	64
a) Ação Estratégica - Oferecer recursos não reembolsáveis para ampliar a oferta de serviços de organizações intermediárias que apoiem Negócios de Impacto.	64
b) Incluir o apoio a Negócios de Impacto nos critérios de seleção das chamadas públicas e programas de apoio à inovação tecnológica lançados pelo governo federal	64
c) Criar programa de fortalecimento de incubadoras e aceleradoras que atuem com Negócios de Impacto	64
d) Estimular o reconhecimento de melhores práticas de apoio a negócios de impacto	64
e) Estimular a inclusão da temática de investimentos e Negócios de Impacto nos programas de empreendedorismo das instituições de ensino superior	64

EIXO 4 Promoção de um Macroambiente Institucional e Normativo Favorável aos Investimentos e Negócios de Impacto	65
Descrição geral dos trabalhos realizados no âmbito do GT4	65
Metas do GT 4 até 2027.....	66
Indicadores GT 4	66
Macro-objetivos.....	68
Quadro Resumo da Quantidade de Iniciativas Realizadas em cada macro objetivo por ano pelo Eixo 4: Promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e negócios de impacto	69
Tabela Situação das Ações do Eixo 4: Promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e negócios de impacto.....	70
Ações priorizadas e iniciativas realizadas em 2021 pelo GT 4.....	78
Ação 4.1.2 Propor uma lei que trate sobre a criação de uma qualificação jurídica específica aos negócios de impacto.....	78
Iniciativa 4.1.2.5 Acompanhamento do trâmite do PL que cria qualificação jurídica das Sociedades de Benefício	78
Iniciativa 4.1.2.6 Participação na Consulta Pública sobre Projeto de Lei de Marco Legal dos Negócios de Impacto.....	80
Iniciativa 4.1.2.7 Proposição do PLS nº 3.284/2021.....	80
Ação 4.1.3 Promover as regulamentações necessárias para a estruturação dos Contratos de Impacto Social (CISs)	81
Iniciativa 4.1.3.4 Acompanhamento do PLS 338/18.....	81
Ação 4.1.5 Apoiar, fortalecer e conceber a segurança jurídica necessária às OSCs que possuam Negócios de Impacto lucrativos.....	81
Iniciativa 4.1.5.4 Parecer sobre possibilidade de investimentos de institutos e fundações em negócios de impacto.....	81
Ação 4.1.7 Avançar nas discussões sobre a modernização das leis de compras públicas, para incluir critérios de inovação e impacto.....	83
Iniciativa 4.1.7.3 Contribuições ao Marco Legal de Startups.....	83
Iniciativa 4.1.7.4 Contratações de Negócios de Impacto na Administração Pública	83
Ação 4.1.8 Avançar na discussão da regulamentação dos fundos patrimoniais.....	84
Iniciativa 4.1.8.4 Formalização à Receita Federal de consulta sobre a incidência de tributos sobre a atividade de gestão de fundos patrimoniais (endowment) por OSCs dotadas de isenções e imunidade.....	84
Ação 4.1.11 Apoiar a criação de estratégias locais de investimentos e negócios de impacto em outras unidades da federação	85

Iniciativa 4.1.11.16 Políticas Subnacionais de Investimentos e Negócios de Impacto.....	85
Ação 4.2.3 Organizar as informações existentes nos bancos de dados governamentais para extrair dados de mercado capazes de dar suporte às organizações sociais e aos negócios inclusivos e servir melhor a população de menor renda	87
Iniciativa 4.2.3.1 Sondagens para promover levantamentos do setor de impacto no Brasil por meio do CNAE.....	87
Ação 4.1.12 Apoiar a estruturação de uma Rede Latino-Americana de Gestores Públicos envolvidos com a temática de investimentos e negócios de impacto	88
Iniciativa 4.1.12.1 Projeto EUROsociAL.....	88
Ação 4.1.13 Apoiar a criação da infraestrutura normativa e desenho da governança do Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto – SIMPACTO	89
Iniciativa 4.1.13.1 Estruturação do Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto - SIMPACTO	89
Instituições Participantes do GT 4	89
Organizações convidadas:	90
Sugestão de ações a serem priorizadas em 2022	90
CONCLUSÃO	92
ANEXOS.....	93
Plataformas existentes de mapeamento do ecossistema de Investimento e Negócios de Impacto no Brasil	93

Relatório anual de atividades do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto - 2021

EDITORIAL

O planeta tem nos alertado de que precisamos de novas atitudes para sobreviver. A crise climática, a degradação ambiental, o surgimento de pandemias e as desigualdades econômicas nos mostram que o nosso modo de vida, mas sobretudo, a nossa forma de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços precisa ser alterada. A Enimpecto tem orientado suas ações na crença de que novas atitudes são possíveis e necessárias para superar o atual estado das coisas, e nesse processo, o engajamento institucional, público e privado, faz toda a diferença.

Em 2021 pudemos celebrar o início da vacinação que permitiu que, pouco a pouco, a vida vá retomando a sua normalidade. A importância do investimento público na aquisição de vacinas e a existência de um Sistema Único de Saúde possibilitou que, apesar das dificuldades, a maior parte da população ficasse protegida da Covid-19, ainda que lamentemos as consequências da ida prematura de mais 615 mil vidas que se foram por conta da pandemia. Ficou claro que o Estado tem um papel central para desenvolvimento de saídas para as grandes crises, e a parceria com a iniciativa privada tem o potencial de ampliar o leque de alternativas disponíveis.

No âmbito da Enimpecto, cinco grandes parcerias e entregas marcaram o ano de 2021 e gostaríamos de trazê-las para esse editorial: A primeira foi o Edital de Chamada Pública para seleção de Fundos de Investimento em Participações (FIP) que sejam caracterizados como Fundo de Investimento de Impacto, ou seja, fundos que componham seu portfólio exclusivamente com Negócios de Impacto (“NIS”) totalizando pelo menos R\$ 800 milhões a ser captado com um aporte de até 25% do banco. Trata-se de um volume expressivo de recursos, que contribui tanto para o desenvolvimento nacional quanto para o crescimento das empresas que reduzem as desigualdades sociais e promovem a recuperação ambiental. Foram anos de trabalho com a equipe técnica do BNDES, que conseguiu, com competência e diálogo, construir as bases para o lançamento desse importante instrumento de promoção dos negócios de impacto em nosso país. Tais fundos constituem-se como importantes marcos do ecossistema de impacto brasileiro.

A segunda entrega envolve uma parceria entre o Banco do Nordeste, o Sebrae, o Ministério da Cidadania e a Enimpecto. Trata-se da estruturação de um projeto de concessão de microcrédito aos

beneficiários do Bolsa Família que se capacitarem em empreendedorismo de impacto. A iniciativa será avaliada e, caso positiva, será ampliada para um conjunto maior de beneficiários. Acreditamos que a união entre a capacitação empreendedora, a oferta do microcrédito e o Investimento de Impacto pode contribuir para reduzir as desigualdades sociais do Brasil.

A terceira parceria costurada pela Enimpecto envolveu uma articulação entre a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), ambas com assento na nova configuração do Comitê da Enimpecto. O objetivo é multiplicar e fortalecer a temática de empreendedorismo de impacto no interior das universidades, atores estratégicos para a ampliação do *pipeline* de novos empreendedores de impacto. Espera-se que essa iniciativa permita às Instituições de Ensino Superior um maior acolhimento da agenda de investimentos e negócios de impacto em suas três dimensões: Ensino, Pesquisa e Extensão. Para tanto, nos beneficiamos de todo o acúmulo institucional do programa Academia ICE, que tem atuado desde 2013 no envolvimento das universidades com a temática, principalmente por meio de coordenação de uma rede de professores que hoje envolve mais de 142 professores, de 70 IES de 21 Estados.

A quarta grande entrega foi a estruturação das bases do Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (SIMPACTO). São oito os estados que possuem estratégias de investimento e negócios de impacto instituídas e que irão se articular para criar uma estrutura maior, de mais impacto, articulada nos três níveis da federação. A proposta de criação do SIMPACTO surge em um período em que convergem duas tendências que marcarão as próximas décadas, no Brasil e no mundo. Por um lado, a crescente percepção de que negócios e investimentos precisam ser reconfigurados, rumo a uma economia próspera e geradora de impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente. Por outro, a pandemia que vem agravando históricas fragilidades da sociedade brasileira, trazendo a necessidade urgente de implementação de medidas capazes de revitalizar a economia e, simultaneamente, combater as carências, reduzir as desigualdades e criar oportunidades de renda, qualidade de vida e real desenvolvimento para o país e sua população.

A quinta parceria se refere à articulação da Rede Latino-Americana de Gestores Públicos de Impacto, uma ação articulada em conjunto com o EUROSociAL com o intuito formar uma comunidade prática de funcionários públicos que trabalham com a questão de investimentos e negócios de impacto. O objetivo é a construção de uma rede que atue como espaço de troca de boas práticas, experiências e informações e, que ao mesmo tempo, contribua para a implementação da agenda de Negócios e Investimentos de Impacto na América Latina, aumentando a visibilidade junto aos cidadãos e a conscientização sobre a importância de se ter políticas sobre o assunto. Foram dois encontros em 2021 que envolveram representantes do Brasil, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Peru e Uruguai. A expectativa é que em 2022 seja entregue um documento que sintetiza os principais achados e recomendações do grupo para os Secretários de cada país, de forma a avançarmos com a formalização de ações que resultem em um ecossistema de impacto mais robusto na região.

Outro evento especialmente importante para a Enimpecto foi a contratação de consultorias especializadas que contribuíram para o aperfeiçoamento de nossa atuação. O auxílio de profissionais

experientes nas áreas de Comunicação, Avaliação de Impacto e Gestão de Projetos foi fundamental para a elevação da qualidade das ações realizadas neste ano.

Apesar da pandemia, importantes entregas foram realizadas nos quatro eixos estratégicos da Enimpacto:

No **Eixo I - ampliação da oferta de capital**, além dos três fundos de impacto totalizando pelo menos R\$ 800 milhões, destacam-se a criação de um *sandbox* de *blended finance*, que permitirá que o BNDES teste formatos mais inovadores para o apoio aos negócios de impacto. Ademais, uma Vitrine de Investimentos de Impacto está sendo estruturada pela Aliança pelo Impacto, o que contribuirá para divulgar as oportunidades de investimento e alavancar o capital disponível ao setor. Por fim, outro destaque é o apoio financeiro para organizações que atuam como dinamizadoras de ecossistemas locais. O Instituto de Cidadania Empresarial e um conjunto de parceiros estão disponibilizando recursos que contribuirão para o fortalecimento de instituições locais, criando importantes sinergias com a iniciativa de estruturação de um Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (SIMPACTO).

No **Eixo II - aumento do número de negócios de impacto**, destacamos a oferta de diversos cursos e capacitações, em sua maioria gratuitos, para formação de empreendedores de impacto; a própria realização do mapeamento de negócios de impacto e a concepção de um novo programa de fomento ao empreendedorismo à população atendida por programas do Governo Federal, chamado Superare.

No **Eixo III - fortalecimento das organizações intermediárias**, o destaque vai para um conjunto de editais de apoio aos negócios de impacto, tais como o Programa IDEIAZ powered by Inovativa, BNDES Garagem e Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE) – três programas que estão fazendo diferença no ecossistema de impacto. Ademais, com o objetivo de difundir e fortalecer o ecossistema de impacto, foram apoiados eventos cujo conteúdo abordassem a temática de sustentabilidade e desenvolvimento social através do empreendedorismo inovador, tais como a 31ª Conferência Anprotec e a 8ª Olimpíadas de Empreendedorismo Universitário. No ambiente acadêmico e universitário, destacamos a estruturação do Grupo Executivo formado por representantes de 11 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, bem como a importante atuação do ICE na liderança dos Programas Elos de Impacto e Academia ICE, que desde 2013 desenvolvem um papel fundamental no engajamento e fortalecimento da atuação das IES brasileiras nas temáticas de Empreendedorismo Social, Investimentos e Negócios de Impacto e Inovação Social.

No **Eixo IV - promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto**, houve retrocessos com as soluções de consulta feitas à COSIT. Infelizmente, os posicionamentos da Receita Federal sobre a (im)possibilidade de institutos e fundações investirem em negócios de impacto sem que estes percam as suas imunidades tributárias constitui grave obstáculo ao crescimento do setor e está frontalmente contrário a um dos objetivos da Enimpacto de ampliar a oferta de capital para os negócios de impacto. Apesar dessa dificuldade, pudemos celebrar a estruturação do Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto, que está ganhando tração e amplitude. Cresce a quantidade de estratégias subnacionais de investimentos e negócios de impacto, bem como a nossa articulação com importantes lideranças locais. Ademais, a articulação com nossos vizinhos latino-americanos possui o potencial de contribuir para o crescimento da agenda de impacto em toda a região.

Ou seja, 2021 foi um ano rico em ações e em articulações interfederativas e internacionais. Além disso, neste ano foi realizado o terceiro mapa de negócios de impacto no Brasil, uma ação patrocinada pela Enimpecto e realizada pela Pipe.Social. A iniciativa permitiu a identificação de 1.272 negócios comprometidos com a geração de impacto social e ambiental positivos. Certamente um número a ser celebrado, que mostra que apesar das dificuldades provocadas pela pandemia, o ecossistema segue crescendo e aumentando a quantidade de empreendedores de impacto. Mas sabemos que a efetivação de uma verdadeira economia de impacto ainda está longe de ser alcançada. Afinal, o sonho é chegarmos ao dia em que todos os 12 milhões de empreendimentos em atividade no país passem a operar com a lógica da geração de impacto social e ambiental positivos.

Estamos confiantes que seguimos no caminho certo. Nosso ecossistema de impacto tem conseguido inspirar países vizinhos e o Brasil tem todas as condições de tornar-se um dos líderes mundiais em empreendedorismo e negócios de impacto.

Nenhuma das ações aqui descritas teria sido possível sem a parceria e o envolvimento dos membros e dos órgãos integrantes do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto.

Secretaria-Executiva e Grupo de Líderes da Enimpecto

QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DAS AÇÕES DA ENIMPACTO

O Quadro a seguir mostra a situação da execução das 72 ações previstas no Documento-Base da ENIMPACTO divididas entre os quatro Eixos Estratégicos. De acordo com o Decreto nº 9.977/19, o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto tem mais seis anos, ou seja, até 2027, para realizar todas as ações.

As ações estão distribuídas nos quatro Eixos Estratégicos e categorizadas de acordo com o status em relação à própria execução (Concluída, Prevista ou Em Execução).

Coube ao Comitê selecionar as ações que seriam priorizadas nesse ano de 2021, uma vez que dadas as limitações de tempo, recursos e equipe seria impossível executar todas as ações simultaneamente. Foram priorizadas 49 ações, sendo que destas, 7 foram inteiramente concluídas. As ações priorizadas contaram com iniciativas e entregas importantes que estão descritas nos tópicos correspondentes do documento.

Eixo Estratégico	Quantidade Total de Ações	Ações Em Execução	Ações Concluídas	Ações Previstas para ocorrer até 2027
1	19	8	4	7
2	20	15	0	5
3	13	9	2	2
4	20	10	1	9
Total	72	42	7	23

QUADRO RESUMO DA QUANTIDADE DE INICIATIVAS REALIZADAS POR ANO POR CADA GT

O Quadro a seguir mostra a quantidade de iniciativas executadas por cada um dos GT's ao longo dos anos. Uma ação estratégica é composta por várias iniciativas. Ou seja, as iniciativas constituem-se como sub-etapas das ações estratégicas. A tabela revela o esforço empreendido por cada um dos GT's ao longo dos anos.

Ano	GT 1	GT 2	GT 3	GT 4	Total de Iniciativas Executadas por ano
2018	4	7	10	4	25
2019	16	7	15	13	51
2020	9	11	17	16	53
2021	4	12	11	12	39
Total/GT	33	37	53	45	168

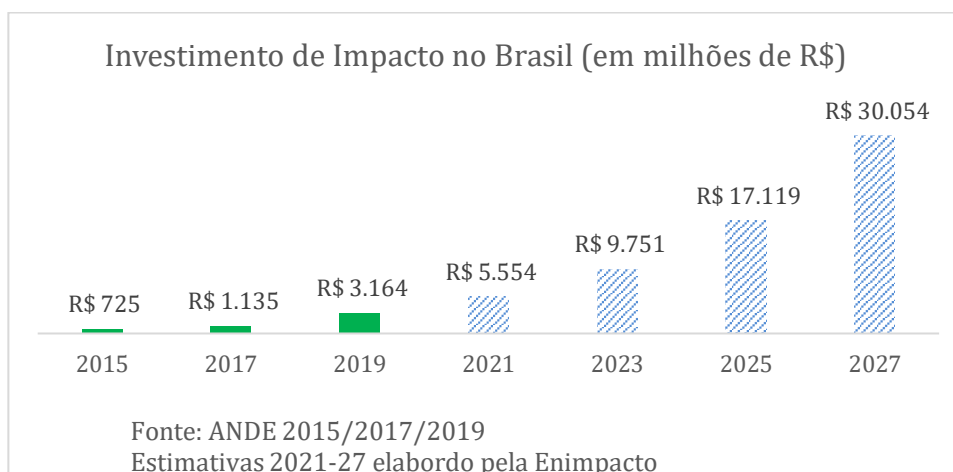
EIXO 1 AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE CAPITAL

Descrição geral dos trabalhos realizados no âmbito do GT1

O GT1 é coliderado pela Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto e pelo BNDES, e juntamente com o Ministério da Economia e coordenação da Enimpecto se reúnem quinzenalmente para priorizar esforços e monitorar os avanços do campo. Três destaques importantes de articulações de 2021 foram: (1) o lançamento do Edital de Chamada Pública do BNDES para seleção de Fundos de Investimento em Participações (FIP) que sejam caracterizados como Fundo de Investimento de Impacto, ou seja, fundos que componham seu portfólio exclusivamente com Negócios de Impacto (“NIS”) caracterizados conforme o disposto pelo inciso I do Artigo 2º do Decreto 9.977, de 19/08/2019, que os conceituam como empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável. O objetivo da chamada é subscrever cotas em até três Fundos de Investimento em Participações. Pela primeira vez o Banco coloca o impacto no centro de uma chamada para selecionar gestores de fundo no mercado. Até então impacto era um dos critérios de seleção, passando a ser o critério principal, sendo este, inclusive, de caráter eliminatório. Para além dos 3 fundos selecionados, importante registrar a movimentação saudável promovida no mercado, com gestores buscando formação e parcerias que os permitissem embarcar no campo de investimento de impacto com mais propriedade; (2) construção com a rede Anjos do Brasil de uma iniciativa estruturada para mobilizar investidores para o tema de impacto, incluindo atividades de formação e curadorias específicas de oportunidade de investimento; (3) articulação com o Banco do Nordeste para que ele integrasse o mapeamento nacional de recursos de investimento de impacto. Será o primeiro movimento para incorporar a dimensão de microcrédito no relatório, já com o agente mais significativo, visando futuramente trazer dados de outros gestores. Essa articulação irá expandir significativamente o volume de recursos que atualmente temos carimbado como “de impacto”.

Meta do GT 1 até 2027

R\$ 30 bilhões de reais alocados em investimento de impacto no Brasil até 2027

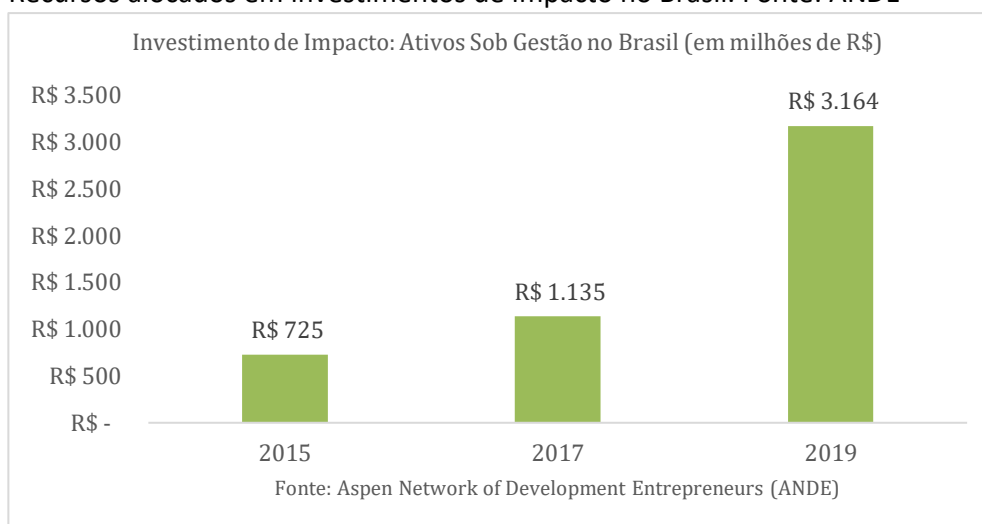


Referências para a projeção 2021 a 2027:

- 1) Taxa crescimento anual 2019-2027: 32,5% aa (comparada a 45% aa no período 2015-19)
- 2) Valor representa 0,5% dos ativos sob gestão em fundos mútuos no Brasil (fonte: Anbima – dado maio 2021)
- 3) Taxa de crescimento compatível com o incremento observado do número de negócios de impacto no Brasil no período 2017-21 (22% aa – Fonte: Pipe.Social)

Indicadores GT 1

1. Recursos alocados em investimentos de impacto no Brasil. Fonte: ANDE



Macro-objetivos

1. Ampliar a disponibilidade de recursos do governo a Negócios de Impacto;
2. Atrair capital privado para Negócios de Impacto;
3. Estimular a compra/contratação de Negócios de Impacto pelo Estado;

Quadro Resumo da Quantidade de Iniciativas Realizadas em cada macro objetivo por ano pelo Eixo 1: Ampliação da Oferta de Capital

As 72 ações estratégicas da Enimpecto estão distribuídas pelos quatro Eixos Estratégicos e classificadas em 14 Macro Objetivos.

O Eixo 1 possui 3 Macro Objetivos e 19 ações estratégicas. Coube à liderança do Grupo de Trabalho selecionar as ações que seriam priorizadas nesse ano de 2021, uma vez que dadas as limitações de tempo, recursos e equipe seria impossível executar todas as ações simultaneamente.

Até o momento, foram priorizadas e iniciadas 12 ações, sendo que destas, 4 foram inteiramente concluídas. As ações priorizadas contaram com iniciativas e entregas importantes que estão descritas nos tópicos correspondentes do documento.

Macro Objetivos	Quantidade Total de Ações	Ações Em Execução	Ações Concluídas	Ações Previstas para ocorrer até 2027
Ampliar a disponibilidade e adequação dos recursos do governo a Negócios de Impacto (investimento e/ou empréstimo)	4	2	2	0
Atrair capital privado para investimento/ financiamento a Negócios de Impacto	10	3	1	6
Estimular a compra/contratação de Negócios de Impacto pelo Estado	5	3	1	1
TOTAL	19	8	4	7

Na tabela **Situação das ações do Eixo 1: Ampliação da Oferta de Capital**, as ações e iniciativas marcadas em verde são as que foram priorizadas pelo Comitê e que foram executadas entre 2018 e 2021. As azuis referem-se às ações e iniciativas concluídas. As demais serão executadas até 2027.

Tabela Situação das Ações do Eixo 1: Ampliação da Oferta de Capital

ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO - ENIMPACTO							
AÇÕES PREVISTAS NO DOCUMENTO BASE							
EIXO 1: Ampliação da oferta de capital							
nº	Macro Objetivo	nº	Ação	Status	nº	Iniciativas	Ano de Realização
1.1	Ampliar a disponibilidade e adequação dos recursos do governo a Negócios de Impacto (investimento e/ou empréstimo)	1.1.1	Estimular que fundos sociais e outros instrumentos financeiros de agências de fomento e bancos públicos fomentem Negócios de Impacto.	Em Execução	1.1.1.1	Estruturação Fundo de Investimento de Impacto (BNDES, CAIXA, FBB)	2018
					1.1.1.2	Estruturação Fundo de Investimento de Impacto (BNDES, CAIXA, FBB)	2019
					1.1.1.3	Social Prosperity Impact Fund (SPI&F)	2019
					1.1.1.4	Edital de Chamamento Público nº 03/2019 – FAPDF: animação do ecossistema de inovação do DF	2019
					1.1.1.5	Amadurecimento do Fundo de Investimento de Impacto (BNDES e CAIXA)	2020
		1.1.2	Propor instrumentos e veículos financeiros que sejam mais adequados às características dos Negócios de Impacto.	Em Execução	1.1.2.1	Mapeamento sobre os veículos financeiros atuais para negócios de impacto	2019
					1.1.2.2	Atualização do mapeamento sobre os veículos financeiros atuais para negócios de impacto	2020
					1.1.2.3	Estruturação de Fundo de Investimento para negócios de habitação	2020
					1.1.2.4	Desenho de solução de Crédito para Negócios de Impacto	2020

				1.1.2.5	Desenho de solução de Crédito para Negócios de Impacto	2021	
		1.1.3	Incentivar a inclusão de critérios de impacto socioambiental na estruturação de chamadas públicas para fundos de investimento.	Concluída	1.1.3.1	Chamadas para Fundos de Investimento realizadas pelo BNDES	2019
					1.1.3.2	Novas chamadas para Fundos de Investimento realizadas pelo BNDES	2020
		1.1.4	Estimular a criação de chamadas públicas para fundos de investimento com tese de impacto, com atenção à recomposição de fontes de recursos orçamentários para estas ações	Concluída	1.1.4.1	Lançar chamada de apoio específica para fundos de investimento comprometidos a apoiar negócios de impacto	2021
1.2	Atrair capital privado para investimento/ financiamento a Negócios de Impacto	1.2.1	Utilizar investimentos de fundações e institutos no fortalecimento de OSCs para criarem Negócios de Impacto	Em Execução	1.2.1.1	Envolvimento crescente do GIFE e FIIMP 2	2019
					1.2.1.2	Envolvimento do GIFE e FIIMP 2	2020
		1.2.2	Atrair recursos financeiros internacionais para investimento em fundos de impacto e/ou diretamente em Negócios de Impacto	Em Execução	1.2.2.1	Engajamento de Fundos de Investimento Internacionais para atuação em Impacto no Brasil (APEX)	2018
					1.2.2.2	Engajamento de fundos de investimento internacionais para atuação em impacto no Brasil (APEX)	2019

			1.2.2.3	Engajamento de fundos de investimento internacionais para atuação em impacto no Brasil (APEX)	2020
1.2.3	Estimular iniciativas de co-investimento entre atores públicos e privados	Prevista para ocorrer até 2027			
1.2.4	Apropriar e disseminar instrumentos híbridos estruturados para apoio aos Negócios de Impacto, como, por exemplo, cessão de dívida combinada com participação acionária, securitização, entre outros, de forma a fomentar a melhoria em termos de regulação e compartilhamento de melhores práticas entre instituições financeiras	Prevista para ocorrer até 2027			
1.2.5	Estimular a criação de critérios socioambientais na gestão de fundos de investimentos tradicionais	Prevista para ocorrer até 2027			
1.2.6	Desenvolver programas de financiamento público para apoiar a estratégia de impacto social de grandes	Prevista para ocorrer até 2027			

		empresas e sua cadeia produtiva social				
	1.2.7	Estimular Fundos de Pensão e Seguradoras a inserirem em suas políticas de investimento estratégia de investimento de impacto socioambiental	Prevista para ocorrer até 2027			
	1.2.8	Promover ações de educação e fortalecimento de redes de investidores anjos para aumentar o conhecimento, engajamento e apoio aos Negócios de Impacto	Concluída	1.2.8.1	Criação e divulgação de FAQ de investidores anjo sobre finanças sociais (ANJOS DO BRASIL)	2018
1.2.8.2				Continuidade da divulgação de FAQ de investidores anjo sobre finanças sociais (ANJOS DO BRASIL)	2019	
	1.2.9	Disponibilizar informações sobre conceitos, dados e casos de referência de Investimento e Negócios de Impacto para fomentar o fortalecimento e expansão de ecossistemas locais/regionais, sempre que possível vinculando com oportunidades dos ODSs	Em Execução	1.2.9.1	Publicação de Estudo sobre Fundos Garantidores (SEBRAE)	2018
1.2.9.2				Publicação "O que são Negócios de Impacto"	2019	
1.2.9.3				Livro "Negócios de Impacto Socioambiental no Brasil"	2019	
1.2.9.4				Visão geral sobre a produção de conhecimento do campo	2019	

					1.2.9.5	Vitrine de oportunidades de investimento de impacto	2021
					1.2.9.6	Fomento de iniciativas estruturantes de ecossistemas de impacto	2021
		1.2.10	Ampliar o investimento de investidores anjos em negócios de impacto	Prevista para ocorrer até 2027			
1.3	Estimular compra/contratação de Negócios de Impacto pelo Estado	1.3.1	Sistematizar e disseminar mecanismos de apoio (ex: termos de referência e contratos padrões) para facilitar processos de contratação de Negócios de Impacto por gestores públicos	Em Execução	1.3.1.1	Workshop Compras Públicas	2019
		1.3.2	Integrar órgãos de controle (TCU, CGU, CGE e TCE) em processos de compras públicas desde o início	Em Execução	1.3.2.1	Aproximação do TCU com o tema	2019
		1.3.3	Incentivar, conectar e apoiar a estruturação de Contratos de Impacto Social (Social Impact Bonds - SIBs)	Em Execução	1.3.3.1	Publicação do Edital de Contrato de Impacto Social com recursos do FAT	2019
					1.3.3.2	1ª Chamada SITAWI de Contratos de Impacto Social (CIS)	2019
1.3.3.3	Continuidade da Chamada SITAWI de Contratos de Impacto Social (CIS)	2020					
1.3.3.4	Contrato de Impacto Social (CIS) com recursos do FAT	2020					

		1.3.4	Realizar estudos, por meio de cooperações técnicas internacionais para identificar caminhos possíveis para a compra/contratação do Estado a Negócios de Impacto (em diferentes níveis)	Concluída	1.3.4.1	Relatório Maze	2019
		1.3.5	Incentivar a utilização dos mecanismos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/04) para a realização de encomendas tecnológicas e contratação de serviços e aquisição de produtos pelo Estado, relacionados com tecnologias que gerem impacto social e/ou ambiental	Prevista para ocorrer até 2027			

Ações priorizadas e iniciativas realizadas em 2021 pelo GT 1

Ação 1.1.2 Propor instrumentos e veículos financeiros que sejam mais adequados às características dos negócios de impacto

Iniciativa 1.1.2.5 Criação de um fundo contábil de até R\$ 30 milhões (recursos não reembolsáveis) direcionados para negócios de impacto

BNDES está estruturando projeto piloto de instrumento híbrido (*blended finance*) que possa fomentar negócios de impacto com recursos não reembolsáveis, de forma complementar a aportes de capital de mercado (reembolsável). Foi aprovada a criação de um *sandbox*, que facilita ao BNDES testar formatos mais inovadores para o aporte e gestão desse capital, funcionando como uma experiência para movimentos mais robustos no futuro. Havia a previsão de utilização de R\$30 milhões de recursos não reembolsáveis do BNDES Fundo Social. No entanto, como a estruturação do *sandbox* ainda se encontra em fase inicial, não há por ora nenhum indicativo de valor.

Ação 1.1.4 Estimular a criação de chamadas públicas para fundos de investimento com tese de impacto, com atenção à recomposição de fontes de recursos orçamentários para estas ações

Iniciativa 1.1.4.1 Chamadas de apoio específicas para fundos de investimento comprometidos a apoiar negócios de impacto

BNDES lançou, em julho de 2021, sua primeira chamada exclusiva para apoio a fundos de impacto. O objetivo era selecionar até 3 Fundos de Investimento em Participações (FIPs) de Impacto, direcionando ao menos R\$ 800 milhões a esses fundos. A Chamada recebeu 14 inscrições. Os selecionados – ainda sujeitos à “*due dilligence*” – foram divulgados em novembro de 2021, tendo sido selecionados os seguintes fundos: *VOX Tech for Good Growth I FIP Multiestratégia*, *Althelia Biodiversity Fund Brazil FIP Multiestratégia* e *LGEFI - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia*. O potencial é que os 3 fundos captem pelo menos R\$ 800 milhões, com o BNDES alocando 25% do capital comprometido. Além do aporte de capital no ecossistema de impacto, reforça-se o papel indutor dessa chamada, que mobilizou fundos tradicionais a conhecerem e estudarem a agenda de impacto.

Ação 1.2.9 Disponibilizar informações sobre conceitos, dados e casos de referência de investimento e negócios de impacto para fomentar o fortalecimento e expansão de ecossistemas locais/regionais, sempre que possível vinculando com oportunidades dos ODSs

Iniciativa 1.2.9.5 Vitrine de oportunidades de investimento de impacto

O ICE tem buscado soluções que possam dar visibilidade para oportunidades concretas de aporte de capital em produtos financeiros comprometidos em gerar impacto socioambiental positivo. Está em elaboração a estruturação de uma plataforma online que sirva como espaço educativo para investidores de impacto, assim como uma vitrine para fundos de investimento e plataformas de financiamento coletivo apresentarem com clareza suas teses de impacto. Ao longo de 2021 foram vários encontros para discussão e formatação da proposta, que será efetivada em 2022. Acreditamos que essa iniciativa contribuirá para a divulgação das oportunidades de investimento de impacto.

Iniciativa 1.2.9.6 Fomento de iniciativas estruturantes de ecossistemas de impacto

O ICE está estruturando o “Pacto pelo Impacto – Coalizão pelos ecossistemas locais de impacto” (Ex: Coalizão ICE, AMAZ e Instituto Votorantim e Banco Votorantim), que irão direcionar R\$ 20 milhões para fomentar organizações e redes de apoio a negócios de impacto em 5 localidades do país. Um dos eixos de atuação nesses territórios será o de políticas públicas, seja a conexão com aquelas já existentes ou o estímulo a criação de novas políticas específicas para o ecossistema de impacto – já alinhadas ao movimento do SIMPACTO.

Instituições Participantes do GT 1

- 1) Ministério da Economia (ME);
- 2) Ministério das Relações Exteriores
- 3) Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
- 4) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- 5) Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (Apex-Brasil);
- 6) Caixa Econômica Federal (Caixa);
- 7) Banco do Brasil
- 8) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- 9) Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE);
- 10) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)
- 11) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- 12) Anjos do Brasil;
- 13) Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital (ABVCAP);
- 14) Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec)
- 15) Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto

Convidadas para integrar grupos de trabalho

- 1) Banco Itaú
- 2) ANDE
- 3) Wright Capital
- 4) GIFE
- 5) Din4mo
- 6) NESst
- 7) Yunus Social Business
- 8) Vox Capital
- 9) Derraik Menezes Advogados
- 10) Velloza Advogados

Sugestão de ações a serem priorizadas em 2022

- a) **Ação Estratégica: Estimular a criação de chamadas públicas para fundos de investimento com tese de impacto, com atenção à recomposição de fontes de recursos orçamentários para estas ações**

Iniciativa: Contratação pelo BNDES dos três gestores selecionados no Edital de Chamada Pública para seleção de Fundos de Investimento em Participações (FIP) que sejam caracterizados como Fundo de Investimento de Impacto, e, por conseguinte, a efetiva subscrição de cotas, pela BNDESPAR, nos Fundos selecionados.

- b) **Ação Estratégica: Estimular a criação de novos instrumentos financeiros para apoio a negócios de impacto**

Iniciativa: Estruturação de um sandbox pelo BNDES para desenvolvimento de um instrumento de blended finance, em parceria com Lab CVM e com participação do setor privado.

- c) **Ação Estratégica: Fomentar o fortalecimento e a expansão de ecossistemas locais/regionais, sempre que possível vinculando com oportunidades dos ODSs**

Iniciativa: Implementação, pelo ICE e redes de parceiros, do “Pacto pelo Impacto – Coalizão pelos ecossistemas locais de impacto” em 5 localidades do país, ainda em definição, para fortalecer a infraestrutura de apoio a empreendedores de impacto. Dois eixos importante desse trabalho serão a estruturação de novos instrumentos financeiros para alocação de capital em negócios gerados nessas localidades; e a sinergia com Simpacto, seja para potencializar ou para criar políticas locais de investimentos e negócios de impacto.

- d) **Ação Estratégica: Estimular que fundos sociais e outros instrumentos financeiros de agências de fomento e bancos públicos fomentem Negócios de Impacto**

Iniciativa: Identificar fundos estaduais que tenham vocação para atuar com negócios e organizações de impacto (em temas como tecnologia, ambiental, questões sociais etc) e buscar oportunidades para incluir critérios de impacto no processo de alocação de capital ou avaliação desses instrumentos.

EIXO 2 AUMENTO DO NÚMERO DE NEGÓCIOS DE IMPACTO

Descrição geral dos trabalhos realizados no âmbito do GT2

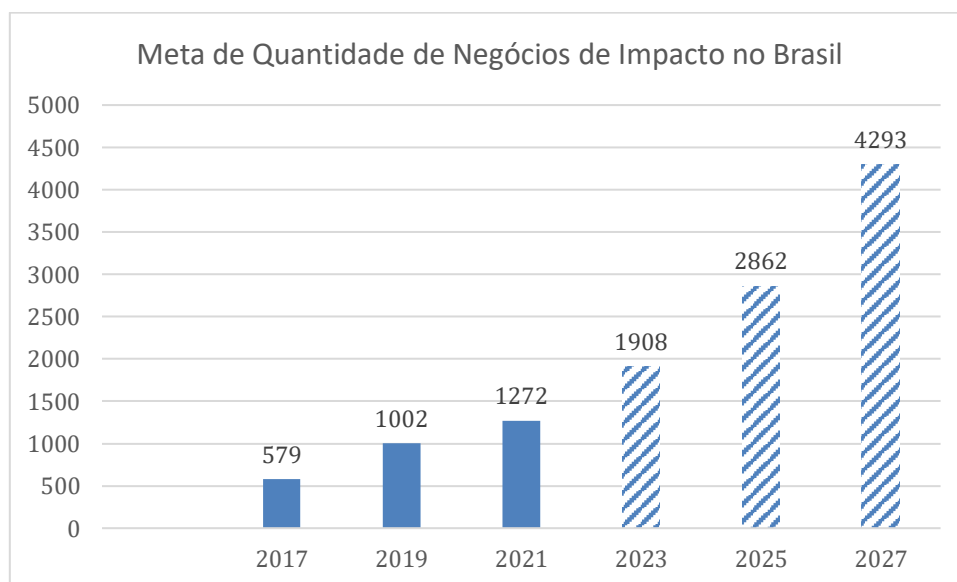
Assim como o ano passado, 2021 foi um ano desafiador para os negócios de impacto em geral. Incertezas no cenário econômico advindas da crise causada pela pandemia do corona vírus contribuíram para uma retração de alguns setores econômicos relevantes. Não obstante esse cenário foi possível realizar diversas iniciativas com vista ao atendimento a esses negócios e que contribuíram com o objetivo principal do grupo, qual seja, o aumento do número de negócios de impacto. Cabe ressaltar que esse aumento foi verificado no 3º Mapeamento de Negócios de Impacto realizado em 2021, apesar dos resultados apurados ainda serem tímidos em relação ao potencial do Brasil nesse contexto.

Dentre as atividades de destaque do GT2 vale citar a disponibilização de diversos cursos e capacitações, em sua maioria gratuitos, para formação de empreendedores de impacto; a própria realização do mapeamento de negócios de impacto e a concepção de um novo programa de fomento ao empreendedorismo à população atendida por programas do Governo Federal, chamado Superare.

Meta do GT 2 até 2027

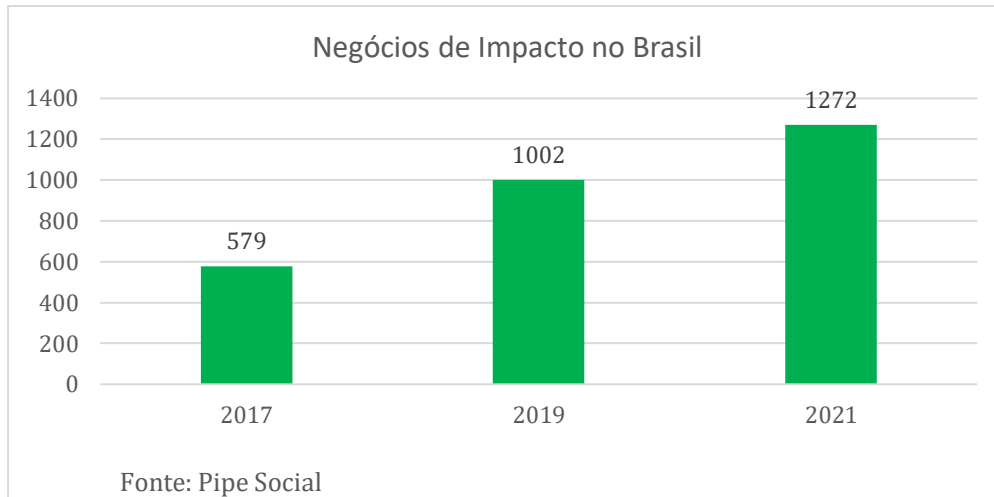
1. 4.300 Negócios de Impacto no Brasil

Referências para a projeção: A meta foi definida a partir da manutenção da projeção de crescimento de 50% a cada 2 anos – média histórica da Pipe entre os anos de 2017 e 2021.



Indicadores GT 2

1) Número de Negócios de Impacto no Brasil. Fonte: Pipe Social



Macro-Objetivos

- 1) Mapear e fortalecer processos de apoio aos empreendedores de Negócios de Impacto;
- 2) Apoiar a conexão dos Negócios de Impacto com demandas da gestão pública e com cadeias de valor de grandes empresas;
- 3) Ampliar a representatividade e o apoio a empreendedoras mulheres, a classes específicas (indígenas, comunidade quilombola, LGBT, pessoas com deficiência), jovens e/ou inscritos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico);
- 4) Fomentar a cultura de avaliação de impacto.

Quadro Resumo da Quantidade de Iniciativas Realizadas em cada macro objetivo por ano pelo Eixo 2: Aumento do Número de Negócios de Impacto

As 72 ações estratégicas da Enimpecto estão distribuídas pelos quatro Eixos Estratégicos e classificadas em 14 Macro Objetivos.

O Eixo 2 possui 4 Macro Objetivos e 20 ações estratégicas. Coube à liderança do Grupo de Trabalho selecionar as ações que seriam priorizadas nesse ano de 2021, uma vez que dadas as limitações de tempo, recursos e equipe seria impossível executar todas as ações simultaneamente.

Até o momento, foram priorizadas e iniciadas 15 ações, sendo que destas, nenhuma foi ainda inteiramente concluída. As ações priorizadas contaram com iniciativas e entregas importantes que estão descritas nos tópicos correspondentes do documento.

Macro Objetivos	Quantidade Total de Ações	Ações Em Execução	Ações Concluídas	Ações Previstas para ocorrer até 2027
Mapear e fortalecer processos de apoio aos empreendedores de Negócios de Impacto	7	7	0	0
Apoiar a conexão dos Negócios de Impacto com demandas da gestão pública e de cadeias de valor de grandes empresas	4	2	0	2
Ampliar a representatividade e o apoio a empreendedoras mulheres, a classes específicas (indígenas, comunidade quilombola, LGBT, pessoas com deficiência), jovens e/ou inscritos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico)	3	3	0	0
Fomentar a cultura de avaliação de impacto	6	3	0	3
TOTAL	20	15	0	5

Na tabela **Situação das ações do Eixo 2: Aumento do Número de Negócios de Impacto**, as ações e iniciativas marcadas em verde são as que foram priorizadas pelo Comitê e que foram executadas entre 2018 e 2021. As azuis referem-se às ações e iniciativas concluídas. As demais serão executadas até 2027.

Tabela Situação das Ações do Eixo 2: Aumento do Número de Negócios de Impacto

ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO - ENIMPACTO							
AÇÕES PREVISTAS NO DOCUMENTO BASE							
EIXO 2: Aumento do Número de Negócios de Impacto							
nº	Macro Objetivo	nº	Ação	Status	nº	Iniciativas	Ano de Realização
2.1	Mapear e fortalecer processos de apoio aos empreendedores de Negócios de Impacto	2.1.1	Expandir programas de mentoria aos empreendedores com especialistas de mercado e/ou de impacto	Em Execução	2.1.1.1	Ampliação do InovAtiva de Impacto	2018
					2.1.1.2	Aperfeiçoamento do InovAtiva de Impacto	2019
					2.1.1.3	Curso Sebrae “Como criar um modelo de negócio de impacto socioambiental”	2019
					2.1.1.4	Ampliação do Programa Inovativa de Impacto	2020
					2.1.1.5	Curso Online - Onboarding de Negócios de Impacto Pipe.Social + Choice	2020
					2.1.1.6	Curso online Sebrae “Como criar um modelo de negócio de impacto socioambiental”	2020
					2.1.1.7	Continuação da execução do Programa Inovativa de Impacto	2021
					2.1.1.8	Curso online Sebrae “Como criar um modelo de negócio de impacto socioambiental”	2021
		2.1.2	Conectar empreendedores de Negócios de Impacto com serviços de suporte da área legal, comercial, de comunicação, captação de recursos, acesso a serviços financeiros etc.	Em Execução	2.1.2.1	Aprovação de projetos de sensibilização, aceleração e conexões com negócios de impacto em 4 Sebrae’s estaduais	2020
					2.1.2.2	Atendimentos executados pelos Sebrae estaduais	2021

2.1.3	Disseminar iniciativas para a qualificação de organizações da sociedade civil que queiram apoiar a criação de Negócios de Impacto	Em Execução	2.1.3.1	Plataforma Negócios pelo Futuro	2020
2.1.4	Criar programas de apoio a empreendimentos sociais com estratégia baseada em inovação, buscando a aproximação do ecossistema de Negócios de Impacto com os ecossistemas de inovação existentes no país.	Em Execução	2.1.4.1	e-Book de Negócios de Impacto Social com o ambiente de inovação	2018
			2.1.4.2	e-Book Inovação Social, Impacto, Escala e Desenvolvimento Sustentável	2019
2.1.5	Disseminar para os empreendedores os mecanismos de financiamento existentes para Negócios de Impacto	Em execução	2.1.5.1	Lançamento do Guia "Negócios de impacto: oferta de capital"	2021
2.1.6	Realizar "Censo anual de Negócios de Impacto no Brasil", a partir de uma plataforma online (nova ou existente) agregando	Em Execução	2.1.6.1	Contratação de Censo de Negócios de Impacto	2018
			2.1.6.2	2º Mapa de Negócios de Impacto - Pipe.Social	2019

			análise crítica sobre os dados levantados		2.1.6.3	3º Mapa de negócios de impacto - Pipe.Social	2020
					2.1.6.4	Realização da 1ª Chamada Impacta Nordeste de Negócios Socioambientais	2020
					2.1.6.5	3º Mapa de negócios de impacto – Pipe.Social	2021
		2.1.7	Incentivar a certificação de Negócios de Impacto	Em Execução	2.1.7.1	Proposição da certificação de impacto como produto do Sebraetec	2018
2.2	Apoiar a conexão dos Negócios de Impacto com demandas da gestão pública e de cadeias de valor de grandes empresas	2.2.1	Estimular que gestores públicos compartilhem seus desafios de gestão e atendimento à população para que empreendedores possam sugerir soluções complementares a políticas públicas e para que gerem mecanismos viáveis de implementação destas soluções	Prevista para ocorrer até 2027			
		2.2.2	Apoiar a inclusão dos Negócios de Impacto na cadeia de valor das empresas	Em Execução	2.2.2.1	Índice de Inclusividade do Relatório Business + Brazil	2019

		2.2.3	Apoiar que Negócios de Impacto forneçam bens e serviços mais acessíveis e melhores condições de vida para as pessoas de menor renda	Prevista para ocorrer até 2027			
		2.2.4	Estimular que gestores de grandes empresas compartilhem seus desafios de gestão, insumos e processos para ampliar o impacto positivo da empresa em comunidades vulneráveis.	Em Execução	2.2.4.1	Maratona de ideias de impacto (Sebrae RJ e Oi Futuro)	2021
					2.2.4.1	Programa Natureza Empreendedora (Sebrae RJ e Fundação Grupo O Boticário)	2021
2.3	Ampliar a representatividade e o apoio a empreendedoras mulheres, a classes específicas (indígenas, comunidade quilombola, LGBT, pessoas com deficiência), jovens e/ou inscritos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico)	2.3.1	Reconhecer e fortalecer processos, com práticas específicas, para formação e apoio de empreendedoras de impacto mulheres, a classes específicas (indígenas, comunidade quilombola, LGBT, pessoas com deficiência), jovens e/ou inscritos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico)	Em Execução	2.3.1.1	Execução do Lab NIP – Negócios de Impacto na Periferia da ANIP e Artemísia, com a aceleração de 30 negócios de impacto	2020

		2.3.2	Desenvolver conteúdo de treinamento alinhado com as necessidades e a escolaridade dos empreendedores de impacto de menor renda	Em Execução	2.3.2.1	Programa Superare	2021
		2.3.3	Articular fundações e institutos corporativos para criação ou apoio a programas focados em mulheres, em classes específicas (indígenas, comunidade quilombola, LGBT, pessoas com deficiência), em jovens e/ou inscritos no CadÚnico para que criem Negócios de Impacto	Em Execução	2.3.3.1	Programa Quartzo	2021
2.4	Fomentar a cultura de avaliação de impacto	2.4.1	Apoiar organizações e redes que implementem avaliações de impacto	Prevista para ocorrer até 2027			
		2.4.2	Promover e disseminar metodologias e casos de referência de avaliação de Negócios de Impacto	Em Execução	2.4.2.1	Documento: Métricas de avaliação socioambiental para entidades de desenvolvimento regional – ABDE/Sebrae e parceiros do Lab – inovação financeira	2018
					2.4.2.2	Curso de avaliação de impacto da ENAP	2018

			2.4.2.3	Divulgação do Documento "Métricas de avaliação socioambiental para entidades de desenvolvimento regional"	2019
			2.4.2.4	Seminário Internacional de Impacto	2020
			2.4.2.5	Workshop de Avaliação Impacto	2020
			2.4.2.6	Avaliação da Enimpecto por consultor contratado pelo PNUD	2021
2.4.3	Promover e disseminar fóruns de capacitação em avaliação de Negócios de Impacto	Em Execução	2.4.3.1	Fórum Internacional de Microfinanças	2021
2.4.4	Premiar e reconhecer práticas de avaliação de impacto entre empreendedores e organizações intermediárias	Prevista para ocorrer até 2027			
2.4.5	Estimular a interação entre organizações da sociedade civil, Negócios de Impacto e Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação para o compartilhamento de práticas de avaliação de impacto	Prevista para ocorrer até 2027			

		2.4.6	Tornar mais acessível o serviço de mensuração de impacto pelos empreendedores	Em Execução	2.4.6.1	Proposição de inserção de serviço de avaliação de impacto no âmbito do Sebraetec	2018
					2.4.6.2	Inserção do serviço de mensuração de impacto no Sebraetec	2019
					2.4.6.3	Contratações do serviço de mensuração de impacto no âmbito do Sebraetec	2020
					2.4.6.4	Contratações do serviço de mensuração de impacto no âmbito do Sebraetec	2021

Ações priorizadas e iniciativas realizadas em 2021 pelo GT 2

Ação 2.1.1 Expandir programas de mentoria aos empreendedores com especialistas de mercado e/ou de impacto

Iniciativa 2.1.1.7 Continuação da execução do Programa Inovativa de Impacto

O Programa InovAtiva de Impacto é uma versão do Programa InovAtiva Brasil, criado em 2013 pelo Ministério da Economia e correalizado pelo Sebrae, direcionada exclusivamente para negócios que causam impacto socioambiental. Realizado desde 2016 o InovAtiva de Impacto já acelerou mais de 202 empresas de impacto.

O Programa realiza, por ano, um ciclo de aceleração de negócios de impacto socioambiental, é de abrangência nacional, gratuito e *equity-free*, disponibilizando conteúdos de capacitação empreendedora, mentorias de negócios com profissionais experientes e de alto nível no mercado e oportunidades de conexão com investidores, fundos, aceleradoras, clientes, e outros potenciais parceiros de negócios.

Em 2021 o programa dobrou de tamanho no que diz respeito ao número de empresas atendidas, sendo nesse ano 80 empresas selecionadas, as quais receberam capacitações e mentorias sobre temas de impacto, participaram de eventos de conexão e tiveram acesso a benefícios exclusivos da rede de parceiros do programa.

Essas empresas, portanto, foram selecionadas para participar de uma aceleração online de até 6 meses. O processo de aceleração foi dividido em duas etapas: aceleração e conexão. Da primeira etapa participam as 80 startups, que têm acesso a atividades de mentorias de negócios e capacitação empreendedora. Ao final desse período, foi realizado o evento regional InovAtiva Day. Na sequência, 40 soluções foram para a etapa de conexão, em que os empreendedores participam de mentorias especializadas para o desenvolvimento de seus negócios. Ao final das atividades, é realizado o InovAtiva Experience, que encerra totalmente o ciclo com o Demoday – momento em que as startups apresentam suas soluções para investidores.

Iniciativa 2.1.1.8 Curso online Sebrae “Como criar um modelo de negócio de impacto socioambiental”

O Curso “Como criar um modelo de negócio de impacto socioambiental” é disponibilizado gratuitamente no Portal do Sebrae (www.sebrae.com.br/negociosdeimpacto). Em 2021, mais de 5.300 pessoas se inscreveram, sendo que 1.807 concluíram o curso com 100% de aproveitamento. O curso é uma trilha de aprendizagem composta por 10 cursos diferentes que apresentam ao empreendedor conceitos essenciais para o entendimento e a estruturação de iniciativas que procurem promover mudanças na sociedade e no meio ambiente. Desde 2019, quando o curso foi iniciado, mais de 37 mil pessoas se inscreveram e 4.901 concluíram o curso até o momento.

Ação 2.1.2 Conectar empreendedores de negócios de impacto com serviços de suporte da área legal, comercial, de comunicação, captação de recursos, acesso a serviços financeiros, etc.

Iniciativa 2.1.2.2 Atendimentos executados pelos Sebrae estaduais

Uma das principais estratégias de apoio aos negócios de impacto socioambiental para conectá-los com os serviços de suporte são os projetos de atendimentos executados pelos Sebrae estaduais em diversas

regiões do país. Em 2021, foram atendidas mais 1.450 pessoas com ideias ou negócios de impacto por meio dos projetos do Sebrae RJ, RN e PA, que receberam ações de sensibilização, aceleração e conexões com o mercado. Destaque para os Programas Impacta do Sebrae RJ com 38 empresas aceleradas, o Programa de Aceleração Sebraelab Negócios Inovadores de Impacto Socioambiental - no qual foram aceleradas 32 empresas de impacto e as maratonas e os hackathons como o Social Hack e EcoHack, todos realizados pelo Sebrae RN.

Ação 2.1.5 Disseminar para os empreendedores os mecanismos de financiamento existentes para negócios de impacto

Iniciativa 2.1.5.1 Lançamento do Guia "Negócios de impacto: oferta de capital"

Diante das aceleradas mudanças no ecossistema de Negócios de Impacto Social e pelo contexto global da pandemia COVID-19, o Sebrae RJ atualizou e lançou a segunda Edição do Guia "Negócios de impacto: oferta de capital". O Guia traz um passo a passo sobre os estágios de desenvolvimento de negócios de impacto, os instrumentos financeiros disponíveis, dicas de empreendedores e investidores de impacto, o que de verdade os investidores querem saber, além de outras informações que achamos relevantes para a sua jornada de captação. O guia pode ser acessado gratuitamente em: <https://bis.sebrae.com.br/bis/conteudoPublicacao.zhtml?id=30697>

Ação 2.1.6 Realizar “censo anual de negócios de impacto no Brasil”, a partir de uma plataforma online (nova ou existente) agregando análise crítica sobre os dados levantados.

Iniciativa 2.1.6.5 3º Mapa de negócios de impacto – Pipe.Social

Os mapeamentos de negócios de impacto são parte da estratégia do Comitê da Enimpacto para manter um acompanhamento estatístico das evoluções do setor no país. Nesse sentido foi elaborado o 3º Mapa de Negócios de Impacto Socioambiental, com apoio de patrocínio da Enimpacto, bem como da Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto,, Fundo Vale, Instituto Clima e Sociedade, e Instituto Sabin.

O 3º Mapa de Negócios de Impacto teve por objetivo acompanhar a evolução do pipeline de negócios de impacto socioambiental no Brasil, ajudando a orientar estratégias e ações dos diversos atores que estão construindo e fomentando um novo setor da economia no país.

O Mapa tem uma medição a cada dois anos, trazendo dados e números atuais sobre o perfil e atuação dos negócios, bem como um overview dos esforços e agenda do ecossistema, para apontar *gaps*, desafios e oportunidades de crescimento do setor no país. Em 2021 foram identificados 1.272 negócios de impacto em operação no país.

Ação 2.2.4 Estimular que gestores de grandes empresas compartilhem seus desafios de gestão, insumos e processos para ampliar o impacto positivo da empresas em comunidades vulneráveis

Iniciativa 2.2.4.1 Maratona de ideias de impacto (Sebrae RJ e Oi Futuro)

Com objetivo de aproximar atuação dos negócios de impacto com cadeias e gestores de grandes empresas foram realizadas 3 turmas da Maratona de ideias de impacto do Sebrae RJ em parceria com o Oi Futuro para desenvolvimento de novos negócios de impacto.

Iniciativa 2.2.4.2 Programa Natureza Empreendedora (Sebrae RJ e Fundação Grupo O Boticário)

Com objetivo de aproximar atuação dos negócios de impacto com cadeias e gestores de grandes empresas foram acelerados 13 negócios de impacto no Programa Natureza Empreendedora, executado pelo Sebrae RJ em parceria com a Fundação Grupo O Boticário.

Ação 2.3.2 Desenvolver conteúdo de treinamento alinhado com as necessidades e a escolaridade dos empreendedores de impacto de menor renda

Iniciativa 2.3.2.1 Programa Superare

Diante da realidade econômica e social do Brasil, principalmente após os efeitos negativos gerados pela Pandemia vislumbrou-se a necessidade da criação de um programa para os empreendedores público-alvo do Programa Bolsa Família. Foi concebido pelo Sebrae o Programa Superare, um programa online de empreendedorismo com 8 cursos realizados de forma totalmente assíncrona pelos participantes via plataforma Whatsapp. Ao finalizarem os cursos, os participantes têm acesso a 3 mentorias particularizadas de um agente de inovação treinado pelo Sebrae, especialmente voltada para apoiar o empreendedor no desenvolvimento do seu negócio.

Em decorrência da necessidade de ampliar a oferta do Programa, firmou-se uma parceria com o Ministério da Economia e Cidadania, sob o guarda-chuva da Estratégia Nacional de Investimento e Negócios de Impacto (Enimpecto) para estender o acesso do Superare.

No ano de 2021 foram realizados 2 pilotos, sendo 1 com no município de Feira de Santana com o suporte, indispensável, do município e da equipe da política de assistência social local. Esse piloto mobilizou cerca de 200 pessoas. Diante dos aprendizados do primeiro piloto decidiu-se avançar para um segundo piloto incluindo como parte da estratégia a oferta de crédito. O Banco do Nordeste, por sua expertise com oferta de microcrédito para o público do Programa Bolsa Família integrou-se na agenda. Esse segundo piloto reuniu, então a oferta de um programa de empreendedorismo com oferta de microcrédito, nos moldes do Crediamigo, seguindo assim, as bases do microcrédito produtivo orientado. A meta desse piloto é alcançar 2.800 pessoas, público do Crediamigo que sejam ao mesmo tempo público do Programa Bolsa Família. O potencial deste piloto está no aumento da preparação dos empreendedores para recebimento de crédito, o que se espera gerar redução de inadimplência e diminuição da taxa de insucesso dos micro negócios, que entre os MEIs, chega a 29% (dados do Sebrae de Junho/2021).

Ação 2.3.3 Articular fundações e institutos corporativos para a criação ou apoio a programas focados em mulheres, em classes específicas (indígenas, comunidade quilombola, LGBT, pessoas com deficiência), em jovens e/ou inscritos no CadÚnico para que criem negócios de impacto

Iniciativa 2.3.3.1 Programa Quartzo

Execução da primeira edição do Programa Quartzo - programa dedicado a empreendedoras negras do Estado do Rio Grande do Norte - uma parceria do Sebrae-RN, Itaú Mulher Empreendedora, IFC – International Finance Corporation e Black Rocks Startups. Nesse programa foram acelerados 17 empreendimentos liderados por afros empreendedoras.

Ação 2.4.2: Promover e disseminar metodologias e casos de referência de avaliação de Negócios de Impacto

Iniciativa 2.4.2.6: Avaliação da Enimpecto por consultor contratado pelo PNUD

Uma primeira avaliação de impacto da Enimpecto, na qual desenvolveu-se uma Teoria da Mudança da Estratégia, com ênfase na definição de indicadores para o acompanhamento dos Macro objetivos e para futuras avaliações de ações e iniciativas da Enimpecto; comparou-se a Enimpecto com políticas semelhantes de outros países, seu grau de maturidade, o papel do Governo no ecossistema dos negócios de impacto, incluindo uma revisão de como os países fazem o registro legal e o mapeamento dos negócios de impacto e os diferentes modelos de empresas sociais existentes; avaliaram-se as trajetórias de alguns indicadores dos negócios de impacto (NIS) do Rio Grande do Norte (RN) e do Rio de Janeiro – estados brasileiros que adotaram Leis para os Negócios de impacto em 2019 - em relação aos indicadores de NIS de outros estados brasileiros, a partir do método de diferença em diferenças e de dados principalmente dos Mapas da Pipe.Social, para os anos de 2018 e 2020; e, analisaram-se os desdobramentos das ações do Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social (Cenis) do RN a partir de documentos e entrevistas com membros do referido Comitê. Adicionalmente, disponibilizou-se uma seleção da literatura internacional de trabalhos de destaque por temas envolvendo os negócios de impacto e uma relação das dissertações e teses brasileiras sobre o tema, para alimentar o site da Enimpecto.

Ação 2.4.3 Promover e disseminar fóruns de capacitação em avaliação de negócios de impacto.

Iniciativa 2.4.3.1 Fórum Internacional de Microfinanças

O Banco do Nordeste, em parceria com a Enimpecto, realizou o Fórum Internacional de Microfinanças entre os dias 9 e 10 de dezembro. O Fórum trouxe trazer lideranças mundiais do segmento para debater as tendências do setor, levando em consideração a realidade do microcrédito sob o contexto de crescimento da importância da agenda de investimento de impacto.



O Ministro da Casa Civil, **Ciro Nogueira**, e o presidente do Banco do Nordeste, **Anderson Possa**, abrem o evento falando sobre microfinanças como estratégia de desenvolvimento. Também discutiram o tema o diretor do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), **Jaime Holguín**, a gerente de programas da Diretoria Geral para parcerias internacionais da Comissão Europeia, **Laure Rogès**, e o Subsecretário de Políticas Públicas de Trabalho (MTPS), **Sylvio Eugênio de Medeiros**. O impacto dos negócios na inclusão social foi tratado por **Filippo Vettorato**, gerente de investimentos do escritório de Desenvolvimento Internacional do Banco Ético, da Itália, por **Ana Heloísa Moreno**, coordenadora de Empregabilidade e Empreendedorismo do Ministério da Cidadania, **Eraldo Ricardo dos Santos**, representante do SEBRAE Nacional, e o economista-chefe do BNB, **Luiz Esteves**. A moderação da mesa virtual foi realizada por **Lucas Ramalho Maciel**, do Ministério da Economia.

Ação 2.4.6 Tornar mais acessível o serviço de mensuração de impacto pelos empreendedores

Iniciativa 2.4.6.4 Contratações do serviço de mensuração de impacto no âmbito do Sebraetec

No final de 2019 foi inserida oficialmente no Caderno de Soluções do Programa Sebraetec a ficha de Implantação de avaliação de impacto social e ambiental para pequenos negócios. O SEBRAETEC é um Programa Nacional do Sebrae que aproxima prestadores de serviços tecnológicos dos pequenos negócios que contam com um subsídio de até 70% para a contratação desses serviços. Até o fechamento desse relatório foram realizados os serviços de Implantação de avaliação de impacto social e ambiental em 95 micro/pequenas empresas, sendo 11 do estado do Paraná e 84 do estado do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que esse número poderá ser atualizado, após a conclusão do levantamento final de todos os serviços executados no âmbito do Programa Sebraetec, a ser realizado em janeiro de 2022.

Instituições Participantes do GT 2

- 1) Ministério da Economia (ME);
- 2) Escola Nacional de Administração Pública (ENAP);

- 3) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- 4) Caixa Econômica Federal (CAIXA);
- 5) Ministério da Cidadania (MCidadania);
- 6) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC);
- 7) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- 8) Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);
- 9) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- 10) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e
- 11) Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec).

Organizações convidadas:

- 1) Artemísia;
- 2) Yunus Negócios Sociais;
- 3) Associação Nacional de Universidades Particulares (ANUP); e
- 4) Quintessa.

Sugestão de ações a serem priorizadas em 2022

- a) Ação Estratégica: - Expandir programas de mentoria aos empreendedores com especialistas de mercado e/ou de impacto.**

Iniciativa: Programa de Capacitações de Impacto Positivo de micro e pequenas empresas (CNI e SEBRAE)

- b) Ação Estratégica: Conectar empreendedores de Negócios de Impacto com serviços de suporte da área legal, comercial, de comunicação, captação de recursos, acesso a serviços financeiros etc.**

Iniciativa: Continuidade dos projetos de atendimentos dos Sebrae UF

- c) Ação Estratégica: Desenvolver conteúdo de treinamento alinhado com as necessidades e a escolaridade dos empreendedores de impacto de menor renda**

Iniciativa: Implementação do SUPERARE em sua versão de escala

- d) Ação Estratégica: Estimular que gestores públicos compartilhem seus desafios de gestão e atendimento à população para que empreendedores possam sugerir soluções complementares a políticas públicas e para que gerem mecanismos viáveis de implementação destas soluções.**

Iniciativa: Realizar iniciativas de conexão dos negócios de impacto com órgão públicos (Open Innovation de Impacto ou Compras Públicas de Impacto)

e) Ação Estratégica: Criar programas de apoio a empreendimentos sociais com estratégia baseada em inovação, buscando a aproximação do ecossistema de Negócios de Impacto com os ecossistemas de inovação existentes no país.

Iniciativa: Elaborar e implementar piloto da Metodologia de Ecossistemas Locais de Impacto Social e Ambiental (ELISA)

EIXO 3 FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Descrição geral dos trabalhos realizados no âmbito do GT3

A estratégia de atuação estabelecida pelo GT3 no desempenho de suas ações em 2021 considerou a limitação de recursos e a barreiras operacionais causadas pela pandemia da COVID-19. Desta forma, o foco dos esforços em 2021 foi fortalecer as ações já em andamento e bem-sucedidas, assim como mobilizar parceiros e atores que já possuem projetos e programas voltados ao empreendedorismo inovador para que incorporassem as temáticas de impacto em suas iniciativas.

Como novidade, tivemos duas iniciativas que foram concebidas em 2020, mas iniciaram suas atividades em 2021: (i) Programa IDEIAZ powered by Inovativa; e (ii) BNDES Garagem 2ª Edição. A primeira é operada pela Anprotec e possui apoio do SEBRAE e Ministério da Economia e tem a finalidade de transformar ideias de negócios em empreendimentos estruturados através do apoio de uma rede de incubadoras e aceleradoras espalhadas em todas as regiões do Brasil. A segunda é um programa nacional de aceleração de negócios que tem o objetivo de apoiar a criação e tração de pequenos negócios inovadores que gerem impacto socioambiental.

Ainda na temática de financiamento aos negócios de impacto, o GT3 realizou diversas reuniões com instituições de fomento com o objetivo de sensibilizá-las sobre a temática do desenvolvimento sustentável. Como resultado, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o CNPq definiram como prioritários os projetos de impacto socioambiental na Chamada RHAE 2021.

Com o objetivo de difundir e fortalecer o ecossistema de impacto, foram apoiados eventos cujo conteúdo abordassem a temática de sustentabilidade e desenvolvimento social através do empreendedorismo inovador. Como exemplo, citamos a 31ª Conferência Anprotec e a 8ª Olimpíadas de Empreendedorismo Universitário.

No ambiente acadêmico e universitário, destacamos a estruturação do Grupo Executivo formado por representantes de 11 ITES públicas e privadas de várias regiões do Brasil, cujo objetivo é fortalecer e difundir a temática de impacto social e ambiental dentro de suas instituições.

Por fim, registramos a importante atuação do ICE na liderança dos Programas Elos de Impacto e Academia ICE que desde 2013 desenvolvem um papel fundamental no engajamento e fortalecimento da atuação das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras nas temáticas de Empreendedorismo Social, Investimentos e Negócios de Impacto e Inovação Social.

Meta do GT 3 até 2027

1. 160 Aceleradoras e Incubadoras certificadas CERNE
 - a. Cerne 1: 95
 - b. Cerne 2: 49
 - c. Cerne 3: 9
 - d. Cerne 4: 7

2. Número de Institutos e Fundações que investem em negócios de impacto (meta a definir)
3. Volume de recursos alocados por Institutos e Fundações no campo de investimentos e negócios de impacto (meta a definir)

Indicadores GT 3

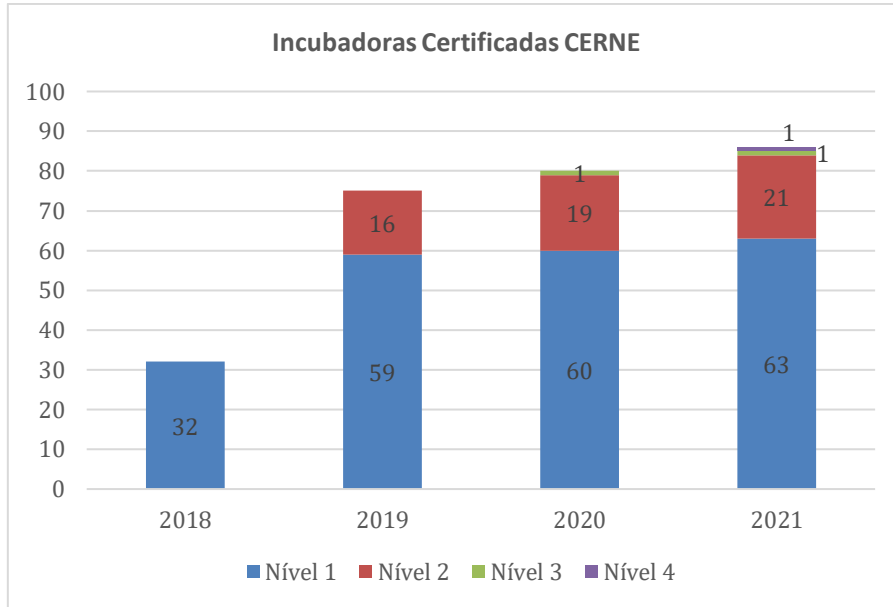
1) Quantidade de Aceleradoras e Incubadoras Certificadas pelo CERNE.

O Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (Cerne) é um modelo de operação para incubadoras e aceleradoras, proposto pela Anprotec e Sebrae. Tem como objetivo central induzir grandes melhorias na eficácia dessas organizações, por meio de modelos e padrões de operação. O resultado esperado é o aumento da capacidade das incubadoras e aceleradoras de gerar sistematicamente empresas inovadoras de sucesso, reduzindo o nível de variabilidade prevalente. Para isso, determina boas práticas a serem adotadas em diversos processos-chave, que estão associados a níveis de maturidade (Cerne 1, Cerne 2, Cerne 3 e Cerne 4). Cada nível de maturidade representa um passo da organização em direção à excelência. É importante destacar que os níveis de maturidade são acumulativos entre si, ou seja, para implantar o Cerne 2, a incubadora precisa ter implantado as práticas do Cerne 1; para implantar o Cerne 4, a incubadora precisa ter implantado as práticas do Cerne 1, do Cerne 2 e do Cerne 3. Assim, conforme a incubadora evolui nos níveis propostos pelo Modelo Cerne, maior a maturidade de sua capacidade de gerar sistematicamente empreendimentos inovadores bem-sucedidos e resultados expressivos para a sua região. Em 2018, foram inseridas Diretrizes de Impacto Socioambiental ao Cerne, portanto, as incubadoras Certificadas desde então já estão capacitadas para apoiar empreendimentos com propósito de impacto. Hoje são 62 incubadoras e aceleradoras certificadas no Modelo Cerne conforme detalhado no quadro a seguir:

NIVEL	ORGANIZAÇÕES
CERNE 1	39
CERNE 2	21
CERNE 3	1
CERNE 4	1
TOTAL	62

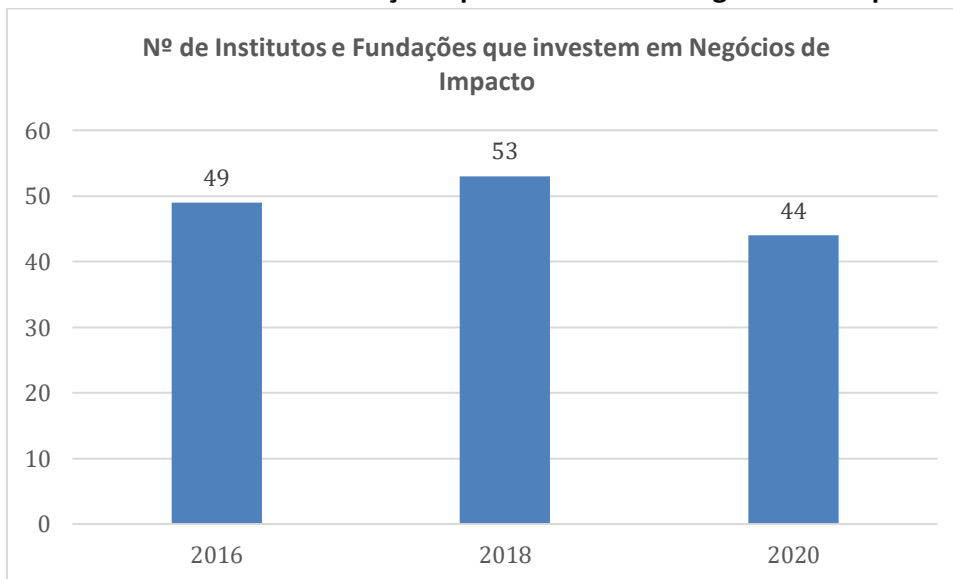
Fonte: Anprotec

Essas 62 incubadoras e aceleradoras receberam ao total 86 certificações no Modelo Cerne desde o início das certificações em 2016. Como informamos anteriormente, os níveis de maturidade são acumulativos, ou seja, uma organização pode receber mais de uma certificação ao longo de sua evolução. Para melhor compreender essa evolução, apresentamos o gráfico e o quadro a seguir.



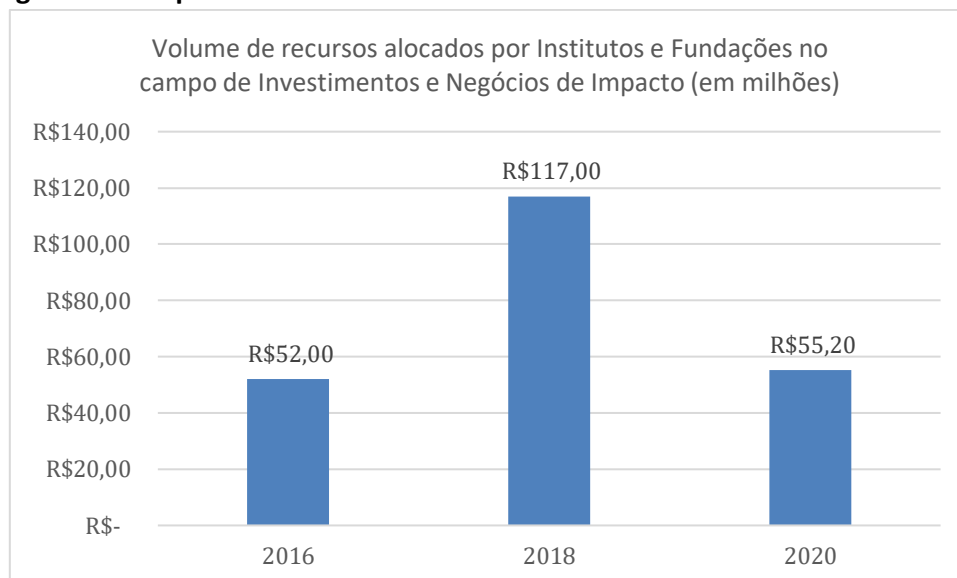
Fonte: Anprotec

2) Número de Institutos e Fundações que investem em Negócios de Impacto*.



Fonte: GIFE

3) Volume de recursos alocados por Institutos e Fundações no campo de Investimentos e Negócios de Impacto*



Fonte: GIFE

O Censo GIFE, que mapeia a quantidade de Institutos e Fundações que investem em negócios de impacto bem como o volume de recursos investidos, é realizado a cada dois anos. O próximo Censo deverá ficar pronto em 2023.

O Censo GIFE lançado no fim de 2021, apontou que 44 institutos e fundações investem em negócios de impacto. O número representa uma queda de 17% comparado às 53 organizações mapeadas no censo anterior. Quando se trata do volume de recursos alocados em negócios de impacto, o Censo GIFE mapeou R\$ 55,2 milhões na última edição, uma queda de 52% comparado aos R\$ 117 milhões previamente identificados pela iniciativa.

É importante destacar que uma das primeiras recomendações lançadas em 2015 pela Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto, então Força Tarefa de Finanças Sociais, era buscar que os negócios de impacto representassem ao menos 5% do investimento social privado (ISP) no país. Com os novos dados estruturados pelo GIFE, é possível apontar que os negócios de impacto perderam representação. Ao mesmo tempo que o volume de recursos ao ecossistema caiu, o ISP cresceu para R\$ 5,3 bilhões, frente aos R\$ 3,1 bilhões do levantamento anterior.

Entre as hipóteses identificadas pela Enimpecto para a redução de recursos destinados aos negócios de impacto, sugere-se que a pandemia tenha influenciado diretamente na mobilização e alocação de recursos originário de institutos e fundações. Contudo, pondera-se também a necessidade de se promover um ambiente normativo e institucional favorável, que dê a e segurança jurídica necessária para a expansão desses investimentos.

As recentes soluções de consulta da COSIT, nº 121 e nº 178, abordadas neste relatório nas sessões do GT4, abaixo, evidenciam uma falta de entendimento da Administração Pública sobre a destinação de

recursos filantrópicos para o desenvolvimento do ecossistema de investimentos e negócios de impacto, gerando insegurança jurídica, e desincentivo à mobilização de recursos para o campo, numa perda de oportunidade que direta ou indiretamente influencia a queda do volume investido pelo terceiro setor nos negócios de impacto.

Macro-Objetivos

- 1) Mobilizar recursos para financiar o fortalecimento de organizações intermediárias;
- 2) Fortalecer e qualificar incubadoras, aceleradoras e redes de anjos que atuem com Negócios de Impacto;
- 3) Ampliar estudos e pesquisas sobre o campo dos Investimentos e Negócios de Impacto; e
- 4) Fortalecer programas de formação em empreendedorismo de impacto nas instituições de ensino superior.

Quadro Resumo da Quantidade de Iniciativas Realizadas em cada macro objetivo por ano pelo Eixo 3: Fortalecimento das Organizações Intermediárias

As 72 ações estratégicas da Enimpecto estão distribuídas pelos quatro Eixos Estratégicos e classificadas em 14 Macro Objetivos.

O Eixo 3 possui 4 Macro Objetivos e 13 ações estratégicas. Coube à liderança do Grupo de Trabalho selecionar as ações que seriam priorizadas nesse ano de 2021, uma vez que dadas as limitações de tempo, recursos e equipe seria impossível executar todas as ações simultaneamente.

Até o momento, foram priorizadas e iniciadas 11 ações, sendo que destas, 2 foram inteiramente concluídas. As ações priorizadas contaram com iniciativas e entregas importantes que estão descritas nos tópicos correspondentes do documento.

Macro Objetivos	Quantidade Total de Ações	Ações Em Execução	Ações Concluídas	Ações Previstas para ocorrer até 2027
Mobilizar recursos para financiar o fortalecimento de organizações intermediárias	7	5	0	2
Fortalecer e qualificar incubadoras, aceleradoras e redes de anjos que atuem com Negócios de Impacto	4	2	2	0
Ampliar estudos e pesquisas sobre o campo dos Investimentos e Negócios de Impacto	1	1	0	0

Fortalecer programas de formação em empreendedorismo de impacto nas instituições de ensino superior	1	1	0	0
TOTAL	13	9	2	2

Na tabela **Situação das ações do Eixo 3: Fortalecimento das Organizações Intermediárias**, as ações e iniciativas marcadas em verde são as que foram priorizadas pelo Comitê e que foram executadas entre 2018 e 2021. As azuis referem-se às ações e iniciativas concluídas. As demais serão executadas até 2027.

Tabela Situação das Ações do Eixo 3: Fortalecimento das Organizações Intermediárias

ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO - ENIMPACTO							
AÇÕES PREVISTAS NO DOCUMENTO BASE							
EIXO 3: Fortalecimento das Organizações Intermediárias							
nº	Macro Objetivo	nº	Ação	Status	nº	Iniciativas	Ano de Realização
3.1	Mobilizar recursos para financiar o fortalecimento de organizações intermediárias	3.1.1	Oferecer recursos não reembolsáveis para ampliar a oferta de serviços de organizações intermediárias que apoiem Negócios de Impacto	Em Execução	3.1.1.1	Chamada Elos de Impacto Incubação & Aceleração	2020
					3.1.1.2	BNDES Garagem 2ª. Edição - Seleção de Consórcio	2020
					3.1.1.3	BNDES Garagem 2ª. Edição - Seleção de Startups	2021
		3.1.2	Estimular o engajamento de Institutos e Fundações no apoio à aceleradoras e incubadoras de Negócios de Impacto	Em Execução	3.1.2.1	Mapeamento dos mecanismos de geração de empreendimentos inovadores	2018
					3.1.2.2	Início do projeto piloto do Enzima Lab	2018
					3.1.2.3	Fundações e Institutos de Impacto – FIIMP	2018
					3.1.2.4	Enzima Lab	2019
					3.1.2.5	Fundações e Institutos de Impacto – FIIMP 2	2019
		3.1.2.6	Continuidade do Fundações e Institutos de Impacto – FIIMP 2	2020			
3.1.3	Criar fundos com fundações e institutos corporativos para apoiar organizações de avaliação e de aceleração	Prevista para ocorrer até 2027					

	3.1.4	Apoiar intermediários que fomentem OSCs a criarem Negócios de Impacto	Prevista para ocorrer até 2027			
	3.1.5	Incluir o apoio a Negócios de Impacto nos critérios de seleção das chamadas públicas e programas de apoio à inovação tecnológica lançados pelo governo federal	Em Execução	3.1.5.1	Inclusão de Diretrizes pró Negócios de Impacto no Programa Centelha	2018
				3.1.5.2	Revisão do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI)	2018
				3.1.5.3	Orientação aos Estados no âmbito do Programa Centelha de priorizar Negócios de Impacto	2019
				3.1.5.3	Consulta Pública sobre a revisão do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI)	2019
				3.1.5.4	Chamada CNPq/MCTI/SEMPI Nº 33/2020 - RHAЕ - Recursos Humanos em Áreas Estratégicas - Pesquisador na Empresa Incubada	2020
				3.1.5.5	Programa IDEIAZ powered by Inovativa	2021
				3.1.5.6	Chamada CNPq/MCTI/SEMPI Nº 21/2021 - RHAЕ - Recursos Humanos em Áreas Estratégicas - Pesquisador na Empresa	2021

		3.1.6	Propor veículos financeiros que sejam mais adequados às organizações intermediárias	Em Execução	3.1.6.1	Estudo “Um olhar sobre a sustentabilidade financeira das organizações de apoio a empreendimentos inovadores de impacto”	2020
		3.1.7	Mapear a apoiar processos de incubação e aceleração de Negócios de Impacto	Em Execução	3.1.7.1	Lançamento do e-book “Negócios de Impacto – como incubadoras e aceleradoras podem contribuir para a criação e o fortalecimento de negócios que oferecem soluções para problemas sociais e ambientais”	2018
					3.1.7.2	Lançamento da publicação “Olhares sobre a atuação do investimento social privado no campo de negócios de impacto”	2018
					3.1.7.3	Mapeamento dos mecanismos de geração de empreendimentos inovadores	2019
3.2	Fortalecer e qualificar incubadoras, aceleradoras e redes de anjos que atuem com Negócios de Impacto	3.2.1	Incluir critérios de impacto socioambiental na metodologia CERNE de gestão das incubadoras, aceleradoras e parques tecnológicos	Concluída	3.2.1.1	Inclusão de critérios e indicadores de impacto na metodologia CERNE de aceleração de incubadoras	2018
					3.2.1.2	Certificação de impacto de incubadoras e aceleradoras	2019
		3.2.2	Criar programa de fortalecimento de	Em Execução	3.2.2.1	Programa de incubação e aceleração de impacto (3ª chamada)	2018

		incubadoras e aceleradoras que atuem com Negócios de Impacto		3.2.2.2	Início da 4ª chamada do programa de aceleração de impacto	2018
				3.2.2.3	Programa de incubação e aceleração de impacto (4ª e 5ª chamadas)	2019
				3.2.2.4	Programa de Incubação e Aceleração de Impacto (5ª Chamada)	2020
	3.2.3	Estimular o reconhecimento de melhores práticas de apoio a negócios de impacto	Em Execução	3.2.3.1	Encontro I da Rede Temática de Negócios de Impacto do GIFE	2019
				3.2.3.2	Encontro II da Rede Temática de Negócios de Impacto do GIFE	2019
				3.2.3.3	Chamada de Boas Práticas (Incubação e Aceleração)	2019
				3.2.3.4	Chamada de Boas Práticas (Academia)	2019
				3.2.3.5	Curso online “Como apoiar Negócios de Impacto Social e Ambiental”	2020
				3.2.3.6	Relatório Cenários e tendências sobre o campo de negócios de impacto e intermediários frente à Covid-19	2020
				3.2.3.7	Guia 2.5	2020
				3.2.3.8	Encontro III da Rede Temática de Investimentos e Negócios de Impacto - GIFE	2020
				3.2.3.9	Encontro IV da Rede Temática de Investimentos e Negócios de Impacto - GIFE	2020

					3.2.3.10	Inclusão da temática de investimento e negócios de impacto na 30ª Conferência ANPROTEC	2020
					3.2.3.11	Inclusão da temática de investimento e negócios de impacto na 31ª Conferência ANPROTEC	2021
		3.2.4	Apoiar intercâmbio entre aceleradoras e incubadoras de impacto de outros países para compartilhar melhores práticas e aprendizados sobre o tema	Em Execução	3.2.4.1	Missão Internacional ICE e Anprotec	2019
					3.2.4.2	Missão Internacional Eurosocial	2019
3.3	Ampliar estudos e pesquisas sobre o campo dos Investimentos e Negócios de Impacto	3.3.1	Engajar órgãos de fomento à pesquisa para que realizem chamadas para a realização de pesquisas relacionadas aos Investimentos e Negócios de Impacto	Prevista para ocorrer até 2027			
3.4	Fortalecer programas de formação em empreendedorismo de impacto nas instituições de ensino superior	3.4.1	Estimular a inclusão da temática de investimentos e Negócios de Impacto nos programas de empreendedorismo das instituições de ensino superior	Em Execução	3.4.1.1	Ações de aproximação com as IES	2019
					3.4.1.2	Estruturação do Marco de Referência	2019
					3.4.1.3	Webinar: Negócios de Impacto Social e Ensino Superior: Um diálogo necessário	2020
					3.4.1.4	Formação de Grupos de Trabalho com dirigentes e professores de Universidades Federais e Particulares	2020
					3.4.1.5	Programa Academia ICE	2020

				3.4.1.6	Desenvolvimento de material de referência orientador para professores – realização da Jornada de Ensino 2020 – Academia ICE)	2020
				3.4.1.7	Prêmio Boas Práticas na Academia sobre o campo de Negócios e Investimentos de Impacto	2020
				3.4.1.8	Formação do Grupo Executivo das IES	2021
				3.4.1.9	Realização de Eventos nas IES	2021
				3.4.1.10	Programa Elos de Impacto	2021
				3.4.1.11	Programa Academia ICE	2021
				3.4.1.12	Programa IES da Enimpecto e Rede Brasileira de Comunicação pelo Impacto	2021

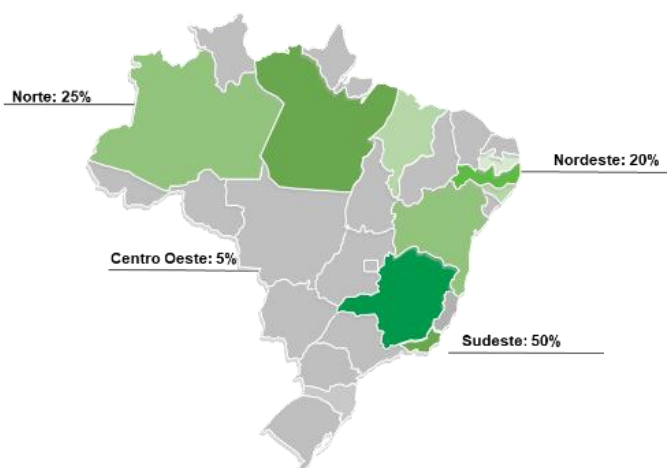
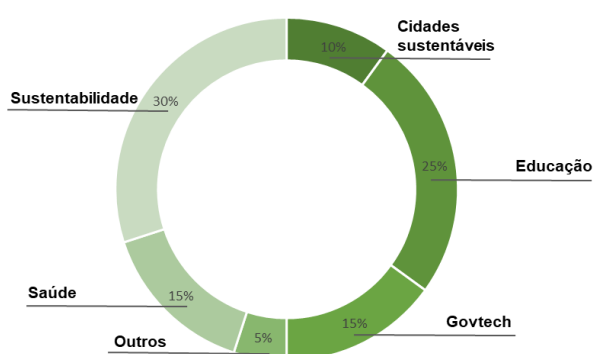
Ações prioritizadas e iniciativas realizadas em 2021 pelo GT 3

Ação 3.1.1 Oferecer recursos não reembolsáveis para ampliar a oferta de serviços de organizações intermediárias que apoiem negócios de impacto.

Iniciativa 3.1.1.3 BNDES Garagem 2ª. Edição – Seleção de startups

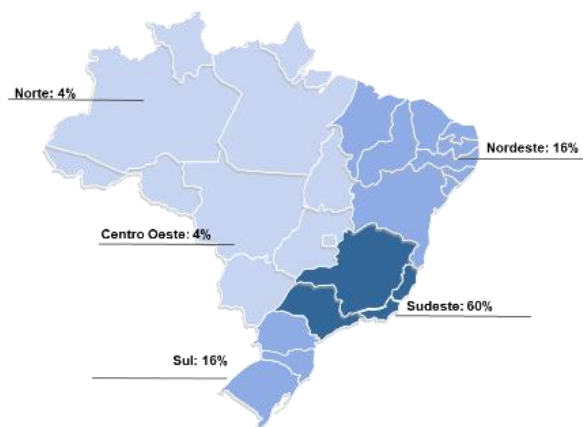
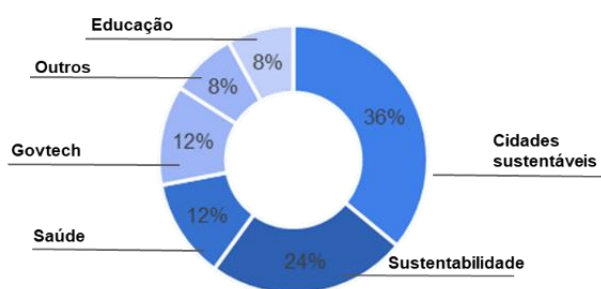
Em julho de 2021, durante a Primeira Semana BNDES de Negócios de Impacto, o BNDES, juntamente com o Consórcio AWL, lançou o edital para seleção de startups e empreendedores para participarem do primeiro ciclo de aceleração da Segunda Edição do BNDES Garagem – Negócios de Impacto. A chamada contou com 1.366 inscrições, sendo 766 do Módulo Criação e 600 do Módulo Tração. Esta Segunda Edição do Programa visa acelerar negócios de impacto, prioritariamente nas vertentes de Saúde, Educação, Sustentabilidade, Govtech e Cidades Sustentáveis.

Para o Módulo Criação, 20 negócios, com soluções em fase de ideação, prototipação ou MVP (Mínimo Produto Viável), foram selecionados. Os 20 negócios ficaram assim distribuídos:



O Edital de seleção, para ambos os módulos, possuiu critérios relacionados à diversidade de gênero, raça e localização geográfica. Destaca-se nesta seleção a quantidade de negócios localizados nas regiões prioritárias (Norte, Nordeste e Centro-oeste), correspondendo a 50% do total selecionado. Além disso, cumpre destacar que 56% dos negócios selecionados são liderados por mulheres. Em relação à raça, 56% dos negócios possuem lideranças que se autodeclararam de raça branca, seguidos de 24,7% de pardos(as), 15,3% pretos(as), 2,4% preferiram não informar e 1,1% amarelos(as).

Para o Módulo Tração, 25 startups com soluções em fase de crescimento, desde lançamento da solução no mercado, operação, tração até escala (*scale-up*), foram selecionadas. Os 25 negócios ficaram assim distribuídos:



Destaca-se nesta seleção a presença de startups nas cinco regiões do país, com predominância da região Sudeste, com 60% dos selecionados. Em relação aos demais critérios de diversidade, mesmo o edital atribuindo notas diferenciadas durante o processo de seleção, a predominância de liderança masculina e da raça branca permaneceu. 63% dos negócios selecionados são liderados por homens e 76% dos negócios possuem lideranças que se autodeclararam de raça branca, seguidos de 11,1% de pretos(as), 3,7% pardos(as) e 1,9% amarelos(as).

Ação 3.1.5 Incluir o apoio a negócios de impacto nos critérios de seleção das chamadas públicas e programas de apoio à inovação tecnológica lançados pelo governo federal

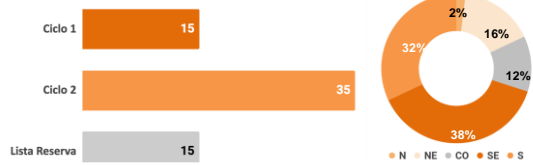
Iniciativa 3.1.5.5 Programa IDEIAZ powered by Inovativa

O Programa Ideiaz – Powerd by Inovativa é uma realização da Anprotec, do Sebrae e do Ministério da Economia, através da sua Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de ideias e projetos embrionários tradicionais ou de **impacto socioambiental**, através do suporte de incubadoras, aceleradoras ou hubs de inovação. São 10 semanas de imersão em consultorias, qualificações, mentorias e assessorias para, ao final, se sair com um Modelo de Negócio validado, um Protótipo avaliado por clientes e um Pitch estruturado, deixando a ideia pronta para se tornar um novo negócio.

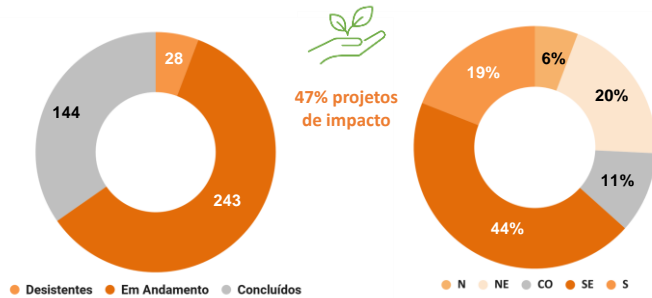
2 Rodadas

**626 projetos
avaliados
415 aprovados**

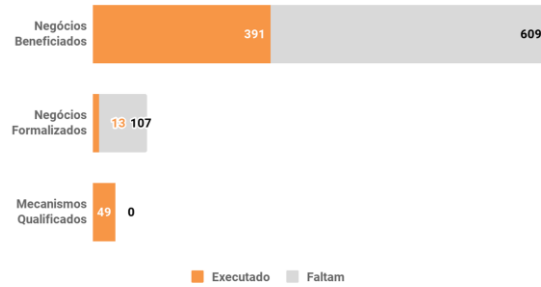
**104 mecanismos
avaliados
35 aprovados
15 lista de reserva**



PROJETOS BENEFICIADOS

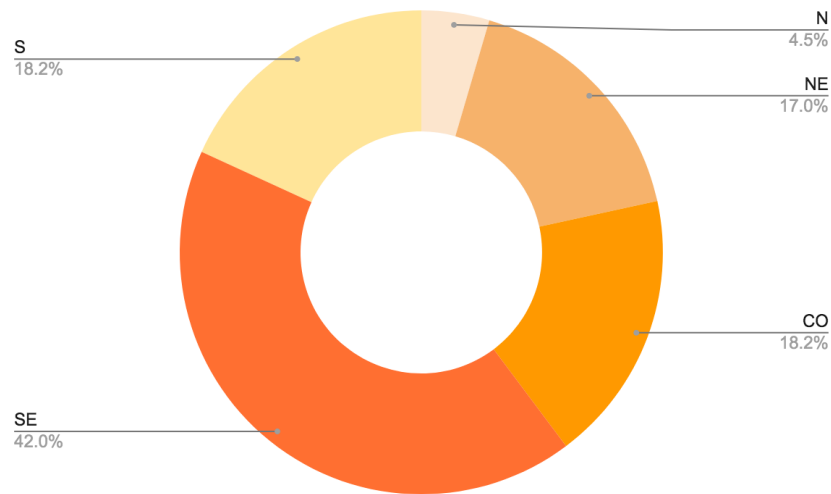


METAS

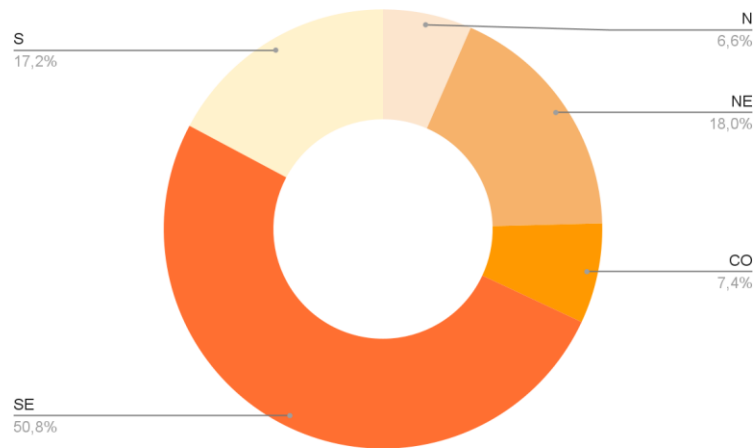


Um dos requisitos de tal iniciativa é reservar pelo menos 20% das vagas disponíveis em cada ciclo especificamente para projetos de impacto socioambiental. Nesse contexto, o programa entende que as ideias de tal natureza são aquelas que têm a intenção clara de endereçar um problema socioambiental por meio da sua atividade principal (seja seu produto/serviço e/ou sua forma de operação). Devem atuar de acordo com a lógica de mercado, com um modelo de negócio que busca retornos financeiros e se comprometem a medir o impacto que geram. Adicionalmente, precisam atender a quatro critérios mínimos, a saber: (i) Intencionalidade de resolução de um problema social e/ou ambiental; (ii) Solução de impacto é a atividade principal do negócio; (iii) Busca de retorno financeiro, operando pela lógica de mercado; e (iv) Compromisso com monitoramento do impacto gerado.

Ao longo do ano de 2021, duas chamadas de projetos para o Ideiaz foram realizadas. Nestas, foram aprovados 415 projetos dos quais 50,6% são de impacto, o que supera a meta estabelecida pelo programa em mais de 100%. Tais projetos foram oriundos de todas as regiões do Brasil. Na primeira chamada, que aconteceu no primeiro semestre, a distribuição dos 88 projetos de impacto socioambiental se deu conforme apresentado no gráfico a seguir.



No segundo ciclo, que ainda está em andamento, são 122 projetos de impacto selecionados, também de todas as regiões do país, conforme pode-se observar no gráfico abaixo que também mostra a hegemonia da região sudeste com 50,8% dos projetos.



Destaca-se que, para atender tais projetos, o Ideiaz também fez seleção de mecanismos qualificados para prestar o suporte adequado. Para tal, no processo seletivo, as instituições candidatas tiveram que especificar, para cada um dos itens da metodologia de atendimento, como pretendiam abordar a temática de impacto. Adicionalmente, foi exigida uma experiência mínima de ter pelo menos 4 projetos de impacto graduados ou acelerados nos últimos 3 anos. E, assim como foi feito com os projetos, também se fez com os mecanismos e 20% das vagas foram reservadas para os que atendem projetos de impacto. Com isso, dos 35 mecanismos credenciados pelo Ideiaz, 11 foram enquadrados como sendo aptos para atenderem projetos de impacto, o que significa 31%, superando, mais uma vez, o mínimo estabelecido pelo programa.

Iniciativa 3.1.5.6 Chamada CNPq/MCTI/SEMPI Nº 21/2021 - RHAE - Recursos Humanos em Áreas Estratégicas - Pesquisador na Empresa

O Programa RHAE 2021 teve como objetivo de apoiar projetos de P,D&I que visem contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o empreendedorismo no Brasil, por meio da inserção de pesquisadores em empresas inovadoras e startups, em áreas tecnológicas prioritárias estabelecidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI), especialmente nas áreas de Tecnologias Estratégicas e Habilitadoras, **Negócios de Impacto** e GovTechs.

Os Negócios de Impacto foram priorizados na chamada, assim como foi concedida uma pontuação extra para os projetos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável.

No dia 06 de dezembro de 2021 foram divulgados os resultados da Chamada. Foram submetidos 790 projetos, dos quais 11 foram aprovados e receberão os recursos previstos e 169 foram pré-aprovados e aguardam liberação dos recursos do FNDCT.

Ação 3.2.3 Estimular o reconhecimento de melhores práticas de apoio a negócios de impacto.

Iniciativa 3.2.3.11 Inclusão da temática de investimento e negócios de impacto na 31ª Conferência ANPROTEC

A 31ª Conferência Anprotec realizada em novembro de 2021 teve como tema principal **The Great Reset: a redefinição dos ambientes de inovação**. Este tema teve inspiração na iniciativa do Fórum Econômico Mundial chamada *The Great Reset* – a Grande Redefinição, em tradução literária – que pressupõe a pandemia como um ponto de partida para a reestruturação da economia mundial de forma mais sustentável.



Assim, a iniciativa *The Great Reset* admite um conjunto de dimensões para construir um novo contrato social que priorize o revigoramento da ciência, tecnologia e inovação, um movimento global para redução das emissões e implementação de métodos de absorção de dióxido de carbono da atmosfera, e a precificação de carbono, reinventando estruturas de incentivo de longa data, reequilibrando fomentos para incluir mais investimentos verdes e encorajando projetos de infraestrutura pública verde.

O evento foi realizado de forma virtual e contou com 658 participantes, representando mais de 206 instituições, de 25 estados e 131 cidades do Brasil. Foram 23 atividades realizadas como mesas redondas, painéis, palestras, apresentações e workshop com a participação de 67 mediadores,

palestrantes e painelistas. A Conferência tradicionalmente contempla uma chamada de trabalhos técnicos e científicos. Esse ano foram submetidos 66 trabalhos, dos quais foram aprovados para apresentação 12 artigos técnicos e 13 relatos de experiências

Ação 3.3.1 Engajar órgãos de fomento à pesquisa para que realizem chamadas para a realização de pesquisas relacionadas aos Investimentos e Negócios de Impacto

Iniciativa 3.3.1.1 Programa de Apoio ao Empreendedorismo de Impacto Socioambiental do Estado do Rio de Janeiro - Edital FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), em articulação com o ecossistema fluminense de apoio aos negócios de impacto (Rio de Impacto) e com a Enimpecto, lançou edital com orçamento total de R\$ 5 milhões, voltado a apoiar projetos de empreendimentos em até R\$ 250 mil e para fomentar às entidades de apoio em até R\$ 500 mil. Ao todo, 71 propostas foram elaboradas, 42 submetidas para categoria de “Empreendimento”, e 28 para de “Entidade de apoio”, mostrando incremento de qualidade e quantidade de projetos elaborados. Ao todo, foram 16 projetos contemplados, sendo 8 de empreendimentos e 8 de entidades de apoio.

Iniciativa 3.3.1.2 Programa Favela Inteligente - Edital Faperj

Em articulação com a Enimpecto e com o Rio de Impacto, a Faperj lançou edital intitulado Programa Favela Inteligente, voltado para territórios inteligentes, designado para a favela da Rocinha. Trata-se de uma iniciativa inédita, que tem como objetivo promover o dinamismo econômico em uma comunidade de alta vulnerabilidade social, via apoio a iniciativas de Ciência, Tecnologia e Inovação em favor da qualidade de vida e explicitamente instigar a geração e desenvolvimento de ações de negócios de impacto socioambiental. O programa funcionará como piloto a ser replicado em 2 anos.

Ação 3.4.1 Estimular a inclusão da temática de investimentos e negócios de impacto nos programas de empreendedorismo das instituições de ensino superior.

Iniciativa 3.4.1.8 Formação do Grupo Executivo das IES

Em 2020 foi feito um convite aos dirigentes das Universidades Federais, com o apoio do MEC, e às Universidades Particulares, com o apoio da Anup, para indicarem um interlocutor (pró-reitor ou diretor) que pudesse trabalhar junto com a equipe do GT-3 Enimpecto no desenvolvimento de uma agenda coletiva para 2021.

Ao longo de 2021, foram realizadas reuniões para estimular a formação de grupos de discussão para fortalecer o avanço dessa agenda. Esses grupos deveriam ter como princípios a auto-organização e autonomia. Como resultado, foi estruturado um grupo executivo que com facilitação da Enimpecto e o

apoio do ICE irá atuar na difusão e consolidação da agenda de impacto dentro das instituições acadêmicas e de ensino superior. O Grupo Executivo visa dar sequência a cinco frentes:

- 1) Inserção da agenda em editais para fomento e apoio a empreendedores de impacto;
- 2) Estímulo à conversão de pesquisas e trabalhos finais (tcc, dissertações e teses) em startups de negócios de impacto;
- 3) Concessão de prêmios;
- 4) Realização de eventos para promoção da agenda de impacto; e
- 5) Inclusão de atividades de ensino, pesquisa e extensão no tema de empreendedorismo social, inovação social e investimentos e negócios de impacto.

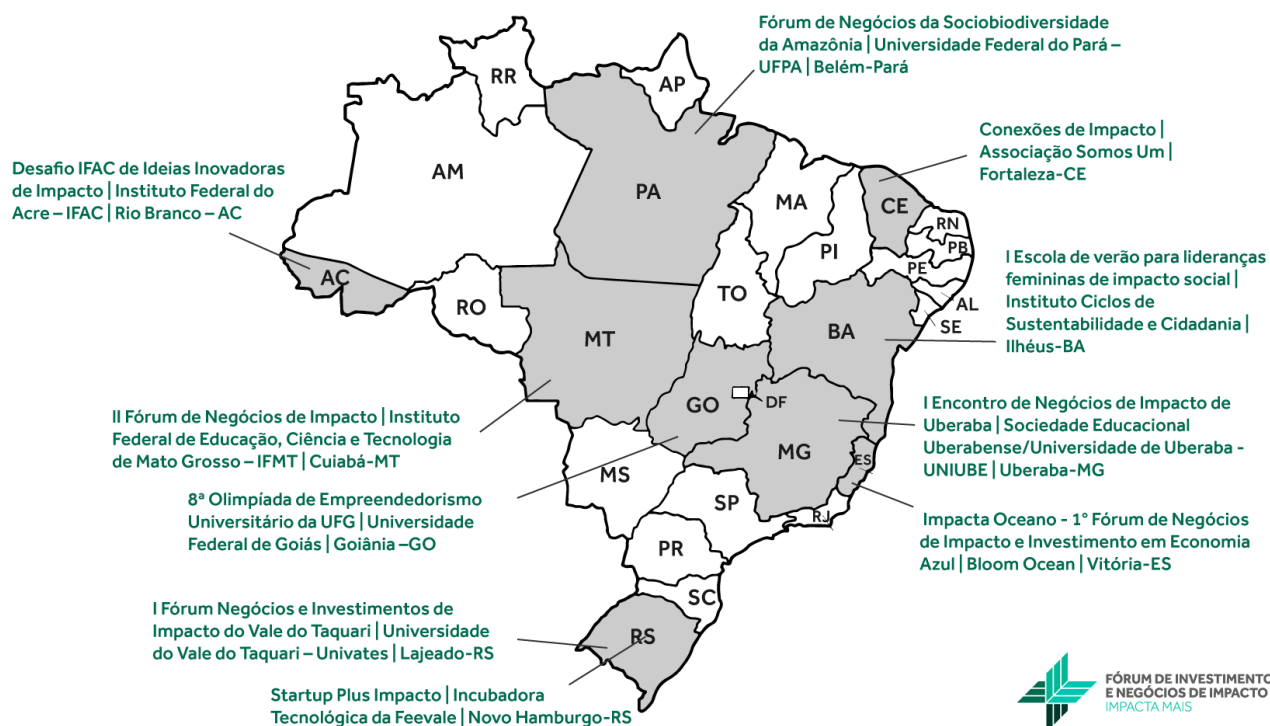
O grupo executivo tem representantes de 11 IES públicas e privadas de várias regiões do Brasil, conforme pode ser observado da tabela a seguir

Grupo Executivo das IES	Nome e sobrenome	IES
	Ana Beatriz Moraes	IBMEC - RJ
	Aurélia Adriana de Melo	Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre
	Carla Grigoletto Duarte	Unifesp
	Eva Regina do Nascimento Lopes	UFOB
	Fernanda Joia	UNIFENAS
	Helena Carasek	UFG
	Ivana Aparecida Ferrer Silva	UFMT
	Jardel Mattos	UFMS
	Maria Elisabete Salina Saldanha	Cruzeiro do Sul
	Rogério Prado	UNIFENAS
	Vandilberto Pereira Pinto	UNILAB

Iniciativa 3.4.1.9 Realização de Eventos nas IES

Para estimular a conexão entre diferentes atores e ecossistemas locais de impacto, a Chamada de Apoio a Eventos Impacta Mais – promovida pelo Fórum de Investimentos e Negócios de Impacto – contemplou 10 projetos de eventos on-line com apoio financeiro no valor de R\$10 mil reais.

MAPA DE EVENTOS LOCAIS



Conforme pode ser observado na imagem acima, dos 10 eventos apoiados pela Chamada, 7 foram realizados por instituições de ensino superior. Dentre os eventos realizados, destacamos a 8ª Olimpíadas de Empreendedorismo Universitário (OEU). A 8ª OEU é uma competição que tem como objetivo disseminar a cultura empreendedora na comunidade acadêmica e colaborar para o desenvolvimento da competência empreendedora nas diferentes áreas do conhecimento. É realizada pelo CEI-UFG em parceria com a FAPEG, o SEBRAE, o Fórum de Investimento e Negócio de Impacto – Impacta Mais, Hub São Paulo, ICE, FUNDARCH, FUNAPE E FUNTEC. Este ano foi incorporado uma categoria específica para Negócios de Impacto Socioambiental - ideias de negócios com potencial de geração de impacto socioambiental e geração sustentável de resultado financeiro positivo.

Iniciativa 3.4.1.10 Programa Elos de Impacto

Atua no apoio a organizações que dão suporte a negócios de impacto ao longo da jornada empreendedora (organizações dinamizadoras) a fim de fortalecer o ecossistema de impacto social. O programa tem 4 frentes: Formação, Produção de conteúdos, mobilização de redes e apoio direto. O programa conta com a parceria estratégica do Fundo Vale, da Cosan e apoio do Mercado Livre. Destacamos 3 ações que fazem parte do Programa:

Curso online “Como apoiar Negócios de Impacto Social e Ambiental”: o curso oferece uma trilha completa para quem quer apoiar negócios de impacto. É direcionado para gestores e equipes de aceleradoras e incubadores, mentores, professores universitários e consultores de negócios.

- O curso tem 74 horas (15 semanas)
- 5 módulos online assíncronos
- 6 workshops ao vivo
- Mentoria e acompanhamento feito por equipe especializada

Em 2021 foram realizadas duas turmas do curso online (primeiro e segundo semestre): foram capacitadas cerca de 160 pessoas este ano.

Ciclo Temático - Apoio ao Empreendedor de Impacto: foi uma co-realização do ICE (Programa Elos e Academia) com a Artemisia. O ciclo buscou compartilhar metodologias de atração, seleção e apoio a negócios de impacto entre organizações de apoio ao empreendedor (aceleradoras, incubadoras, universidades, programas independentes de apoio) de todo país. A partir das metodologias criadas pela Artemisia, ao longo dos últimos 15 anos, o grupo, composto por 25 organizações de todo país (das quais 5 IES) pôde trocar experiências práticas e aprofundar seu conhecimento para aperfeiçoar o suporte oferecido ao empreendedor e suas estratégias para atraí-lo.

Sexta de Impacto: toda segunda sexta-feira de cada mês, convidados especiais conversaram sobre tendências e agendas emergentes do campo dos investimentos e negócios de impacto. Participaram cerca de 50 pessoas por encontro. Entre os temas do ano: Negócios de Impacto na América Latina, Comunicação para Impacto, Lançamento do Estudo “Uma nova Cartografia do Impacto” em parceria com o Fa.vela, entre outros.

Iniciativa 3.4.1.11 Programa Academia ICE

O Programa Academia ICE tem por objetivo engajar docentes e fortalecer a atuação das Instituições de Ensino Superior no Brasil nas temáticas de Investimentos e Negócios de Impacto Socioambiental, introduzindo atividades mensuráveis nos três pilares da Academia: pesquisa, ensino e extensão e para isso atua em 4 frentes estratégicas:

Fortalecimento e Expansão da Rede de Professores, que em 2021 chegou a 143 integrantes, de 70 IES e 21 Estados mais DF engajados na agenda. Nesta frente realizamos o Encontro Nacional que reuniu 162 participantes, sendo 58 professores da Rede Academia ICE e os demais novos professores interessados na agenda. Temos também buscado atuar em sinergia com Redes internacionais e este ano nos conectamos com Impact & Sustainable Finance Faculty Consortium, AshokaU e Latimpacto.

Fortalecimento de Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, onde realizamos:

- **Chamada de Pesquisa:** em parceria com ICE Investimentos de Impacto e Aliança para apoio à produção de dois artigos que serão lançados em 2022
- **Jornada de Pesquisa:** com o intuito de fomentar à produção de pesquisa acadêmica nacional relevante e da qualidade na agenda de Investimentos e Negócios de Impacto, o ICE apoiou a criação de 5 grupos de pesquisa – coordenados por pesquisadores com trajetória na agenda.

Coordenada pelo Prof. Mário Aquino Alves e Juliana Rodrigues, a iniciativa contou com o envolvimento de 50 docentes, representando 29 IES das 5 regiões do país.

- **Jornada de Ensino:** fomento a uma comunidade de prática capaz de apoiar professores a criarem ou revisitarem planos de aula e disciplinas de graduação na agenda Investimentos e Negócios de Impacto (40hs) - 120 inscritos, 47 selecionados (6 professores da Rede).
- **Jornada de Extensão:** iniciativa visou apoiar os professores da Rede no desenvolvimento da extensão como processo de aprendizagem e possibilitar a construção compartilhada de experiências e reflexões em suas instituições, com o apoio técnico de Simone Imperatore, a iniciativa reuniu 18 participantes da Rede. As experiências foram sistematizadas em uma publicação final.
- **Ciclo Academia ICE Investimentos de Impacto:** série de 4 encontros com o objetivo de fortalecer a temática de Investimento de Impacto em atividades de ensino e pesquisa, foram realizados dois encontros em 2020: Workshop Inicial - introdução ao tema, com Impact & Sustainable Finance Faculty Consortium e Master Class com Scott Taitel, da NYU, com 54 participantes e Webinar sobre ESG e Investimento de Impacto, com 44 participantes.

Fortalecimento da ação das IES – a equipe do Academia ICE seguiu participando dos encontros do GT3 Enimpecto que em 2021: apresentou o Plano de Ação para o SESu, ANDIFES e ANUP e deu sequência as ações em Reuniões com o SESU, Sebrae e CNPq que resultaram em ações como: Chamada Programa RHAE - Pesquisador na Empresa; Apoio Prêmio Academia ICE pela ANUP; e apoio da Olimpíada UFG – nacional para NI. E criou o Grupo Executivo citado no item anterior.

Disseminação de Conhecimento: lançamento do novo site Academia ICE (www.academiaice.org.br) com mais conteúdos e funcionalidades; lançamento da Coleção Prêmio Academia ICE (disponível no site www.premioice.org.br), com 39 trabalhos finalistas publicados; e lançamento da 8ª Edição em evento online com a participação de 60 pessoas.

Iniciativa 3.4.1.12 Programa IES da Enimpecto e Rede Brasileira de Comunicação pelo Impacto

Com a meta de inserir a agenda de impacto em universidades públicas e particulares do Brasil, a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Enimpecto) abriu em novembro as inscrições para interessados em seu programa destinado a Instituições de Ensino Superior. O Programa receberá as inscrições de pesquisadores, professores e comunicadores de universidades brasileiras de forma contínua. As inscrições foram divulgadas por meio do comunicado especial da Enimpecto para Universidades (novembro 20/21).

Também foi encaminhada aos reitores de universidades brasileiras uma carta-convite para integração de profissionais das agências de comunicação das Universidades à **Rede Brasileira de Comunicação pelo Impacto**. A carta foi enviada via Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). O objetivo é ampliar a circulação de informações na área de impacto socioambiental positivo e propiciar maior divulgação destas temáticas junto às comunidades universitárias do Brasil com a seguinte agenda:

- **Fomentar o conhecimento e participação crescente de alunos e professores** nos temas relacionados à impacto socioambiental positivo;
- **Dar visibilidade às pesquisas científicas e tecnológicas conduzidas no âmbito da Universidade** que tenham aplicação na área de impacto socioambiental positivo e sustentabilidade de forma geral;
- **Entregar informações relevantes sobre o ecossistema de impacto, ciência e inovação**, tendo como fontes a Enimpecto, Anprotec e outras universidades brasileiras

O trabalho em rede e a difusão da informação sobre a temática do impacto socioambiental positivo podem potencializar o envolvimento de alunos, professores e pesquisadores na agenda de impacto e desafios relacionados. Já foram indicados profissionais de comunicação de dez universidades do Brasil para compor a rede Brasileira de Comunicação pelo Impacto, que também receberá novos integrantes de forma contínua.

Instituições Participantes do GT 3

Membros do Comitê:

- 1) Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (**Anprotec**);
- 2) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**);
- 3) Banco do Brasil (**BB**);
- 4) Banco Nacional do Desenvolvimento (**BNDES**);
- 5) Escola Nacional de Administração Pública (**ENAP**);
- 6) Financiadora de Estudos e Projetos (**FINEP**);
- 7) Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (**GIFE**);
- 8) Instituto **Anjos do Brasil**;
- 9) Ministério da Economia (**ME**);
- 10) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**);
- 11) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (**Sebrae**).

Convidadas para integrar grupos de trabalho

- 1) Associação Nacional das Universidades Particulares (**ANUP**);
- 2) Faculdade **Zumbi dos Palmares**;
- 3) **Impact Hub** Brasília;
- 4) Instituto Cidadania Empresarial (**ICE**)
- 5) Instituto **Quintessa**;
- 6) **Sitawi** Finanças do Bem;
- 7) World-Transforming Technologies (**WTT**).

Sugestão de ações a serem priorizadas em 2022

A agenda 2022 será definida/priorizada no início do ano. Entre as possíveis ações a serem realizadas, além daquelas que foram iniciadas nos anos anteriores e terão continuidade em 2022, estão as seguintes:

a) Ação Estratégica - Oferecer recursos não reembolsáveis para ampliar a oferta de serviços de organizações intermediárias que apoiem Negócios de Impacto.

Iniciativa 01: Segunda Rodada do BNDES Garagem 2ª Edição – será lançada uma nova chamada para selecionar 45 negócios, 25 de Tração e 20 de Criação, para participarem do segundo ciclo de aceleração do Programa BNDES Garagem – Negócios de Impacto. As vertentes a serem priorizadas neste segundo ciclo ainda não foram definidas.

b) Incluir o apoio a Negócios de Impacto nos critérios de seleção das chamadas públicas e programas de apoio à inovação tecnológica lançados pelo governo federal

Iniciativa: Programa IDEIAZ powered by Inovativa: lançamento de mais duas chamadas para apoiar mais 600 projetos inovadores, a expectativa é que 250 sejam de impacto social e ambiental.

Iniciativa: Continuar a mobilização juntos aos parceiros e entidades de fomento para incorporarem a temática de impacto como prioritários em seus programas, a exemplo do RHAE, CENTELHA, FAPs estaduais, Catalisa ICT.

c) Criar programa de fortalecimento de incubadoras e aceleradoras que atuem com Negócios de Impacto

Iniciativa: O ICE vai desenvolver o novo Curso de Fortalecimento Institucional para Organizações de Apoio ao Empreendedor em parceria com a Anprotec e financiamento do Fundo Vale. Também serão lançadas novas turmas do Curso Como Apoiar Negócios de Impacto.

d) Estimular o reconhecimento de melhores práticas de apoio a negócios de impacto

Iniciativa: Manter temática de investimento e negócios de impacto na 32ª Conferência ANPROTEC.

e) Estimular a inclusão da temática de investimentos e Negócios de Impacto nos programas de empreendedorismo das instituições de ensino superior

Iniciativa: Manter as ações e resultados do Programa Elos de Impacto e Academia ICE, com destaque para apoiar às IES a se engajarem na agenda e se tornarem referência, seguimos com o apoio as atividades de ensino, pesquisa e extensão, em especial com foco no desafio da curricularização da extensão até final de 2022.

EIXO 4 PROMOÇÃO DE UM MACROAMBIENTE INSTITUCIONAL E NORMATIVO FAVORÁVEL AOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO

Descrição geral dos trabalhos realizados no âmbito do GT4

Como grupo de trabalho dedicado à promoção de ambiente normativo favorável, as atividades do Grupo de Trabalho 4 (GT4) desde o início da ENIMPACTO e notadamente no curso do ano de 2021 foram realizadas sob as premissas de que: **(i)** a construção do ambiente favorável se dá com o preenchimento de lacunas e remoção de obstáculos legais de forma clara e precisa; **(ii)** o amadurecimento e a expansão do segmento dos negócios e investimentos de impacto no Brasil demanda homogeneidade de terminologia e conceitos, sob pena de esvaziamento dos termos e enfraquecimento do campo; e **(iii)** o ambiente normativo deve dar a segurança jurídica necessária para que a atividade econômica seja exercida não apenas sob a lógica da mitigação de danos, mas que sirva como veículo de transformação em prol do desenvolvimento do país.

O ano de 2021 se destacou pelo crescente interesse na articulação e publicação de legislações que instituem políticas estaduais voltadas para a promoção dos investimentos e negócios de impacto em diversas unidades da federação com objetivos, estrutura, nomenclatura e terminologia compatíveis com a Enimpecto.

Observando o movimento subnacional e as demandas recorrentes sobre o tema, foi criada uma ação transversal e interconectada com os demais grupos de trabalho da Enimpecto de estabelecimento de um Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Simpacto) para a qual foi contratada uma consultoria especializada (ABC Associados) e firmado um Termo de Cooperação com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para a realização de oficinas de criação conjunta e formatação de modelo de governança para o Simpacto, visando explorar oportunidades de inovação em gestão pública.

Sob o aspecto do acompanhamento das ações em curso, no primeiro semestre de 2021 as atividades do GT4 tiveram foco no trâmite administrativo do anteprojeto das Sociedades de Benefício no Ministério da Economia e na participação em processo de consulta pública de anteprojeto para um “marco legal” aos negócios de impacto de iniciativa parlamentar.

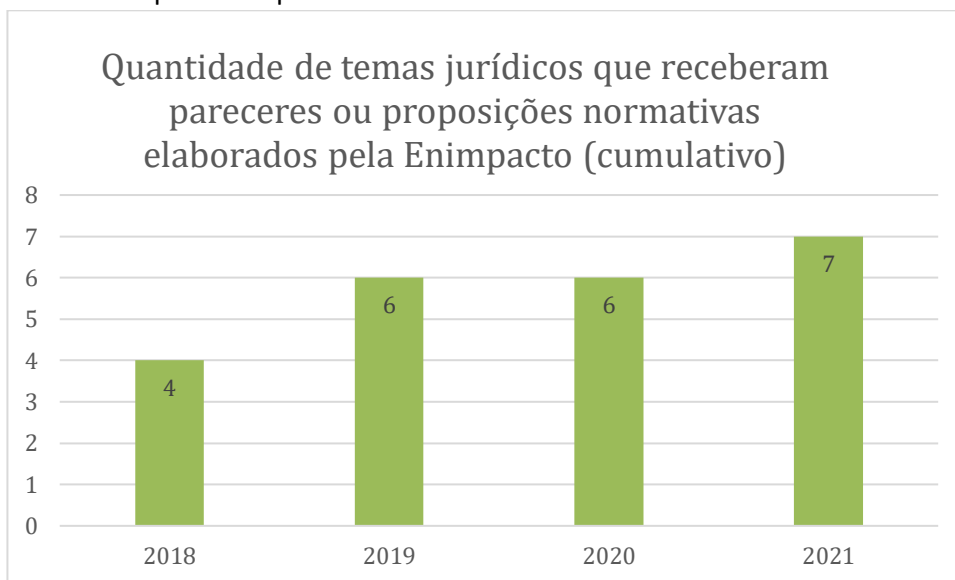
Por fim, vale destacar as duas consultas apresentadas à Coordenação-Geral de Tributação da Receita Federal (COSIT) pela Enimpecto. A primeira tratando da possibilidade de institutos e fundações serem titulares de participação societária de negócios de impacto sem perderem suas imunidades tributárias e a segunda, sobre a tributação de organizações gestoras de fundos patrimoniais “*endowments*”. Tais consultas estavam em análise pela COSIT desde 2019 e tiveram resposta formal em setembro de 2021, com resultados negativos para o campo dos investimentos e negócios de impacto, conforme detalhado nas ações efetuadas em 2021.

Metas do GT 4 até 2027

1. Estratégias subnacionais presentes nos 27 estados da federação e articuladas pelo Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Simpacto);
2. Proposição normativa, regulatória ou legislativa para os dez temas que necessitam de atenção jurídica no Documento-Base da Enimpecto (Instrumentos Financeiros; Imunidade tributária de Institutos e Fundações; Compras públicas; Contratos de Impacto Social; Fundos de Investimentos; Qualificação jurídica de Negócios de Impacto; Fundos de Pensão; OSCs (regime tributário); Fundos Patrimoniais; Estratégias Subnacionais/Simpacto)

Indicadores GT 4

- 1) Quantidade de temas jurídicos que receberam pareceres ou proposições normativas elaborados pela Enimpecto



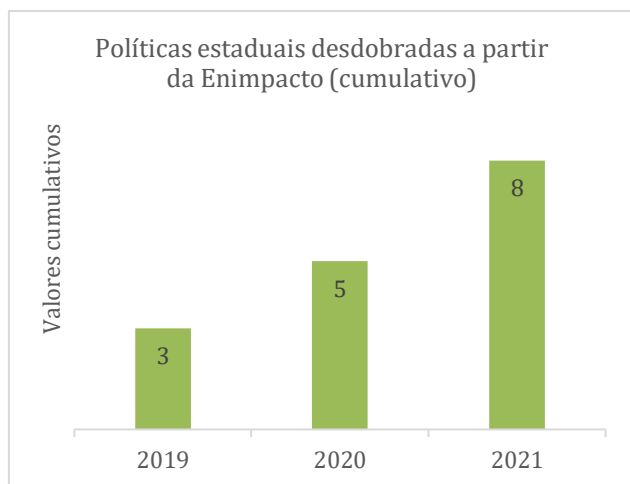
Fonte: Enimpecto

nº	Tema do Parecer	nº Ação	Descrição da Ação Enimpecto	Já possui parecer da Enimpecto?
1	Instrumentos Financeiros	1.1.1	Estimular que fundos sociais e outros instrumentos financeiros de agências de fomento e bancos públicos fomentem Negócios de Impacto.	Não
		1.1.2	Propor instrumentos e veículos financeiros que sejam mais adequados às características dos Negócios de Impacto.	
		1.2.3	Estimular iniciativas de co-investimento entre atores públicos e privados	

		1.2.4	Apropriar e disseminar instrumentos híbridos estruturados para apoio aos Negócios de Impacto, como, por exemplo, cessão de dívida combinada com participação acionária, securitização, entre outros, de forma a fomentar a melhoria em termos de regulação e compartilhamento de melhores práticas entre instituições financeiras	
2	Institutos de Fundações (imunidade tributária)	1.2.1	Utilizar investimentos de fundações e institutos no fortalecimento de OSCs para criarem Negócios de Impacto	Sim
		4.1.9	Buscar a segurança jurídica nos investimentos em negócios de impacto	
3	Compra pública	1.3.1	Sistematizar e disseminar mecanismos de apoio (ex: termos de referência e contratos padrões) para facilitar processos de contratação de Negócios de Impacto por gestores públicos	Sim
		1.3.4	Realizar estudos, por meio de cooperações técnicas internacionais para identificar caminhos possíveis para a compra/contratação do Estado a Negócios de Impacto (em diferentes níveis)	
		1.3.5	Incentivar a utilização dos mecanismos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/04) para a realização de encomendas tecnológicas e contratação de serviços e aquisição de produtos pelo Estado, relacionados com tecnologias que gerem impacto social e/ou ambiental	
		4.1.7	Avançar nas discussões sobre a modernização das leis de compras públicas, para incluir critérios de inovação e impacto	
4	<i>Social Impact Bonds (SIBs)</i>	1.3.3	Incentivar, conectar e apoiar a estruturação de Contratos de Impacto Social (<i>Social Impact Bonds - SIBs</i>)	Sim
		4.1.3	Promover as regulamentações necessárias para a estruturação dos Contratos de Impacto Social (<i>SIBs</i>)	
5	Fundos de Investimentos	4.1.1	Avançar na discussão de política fiscal mais eficiente para investimento direto em Negócios de Impacto ou através de fundos de investimento de impacto	Não
		4.1.6	Regulamentar a constituição de Fundos Rotativos Sociais para fomentar os Negócios de Impacto	
6	Qualificação jurídica	4.1.2	Propor uma lei que trate sobre a criação de uma categoria de personalidade jurídica específica aos Negócios de Impacto	Sim
7	Fundos de Pensão	4.1.4	Propor regulações que aumentem a segurança jurídica para fundos de pensão desenvolverem estratégias de investimento de impacto	Não
8	OSCs (regime tributário)	4.1.5	Apoiar, fortalecer e conceber a segurança jurídica necessária às OSCs que possuam Negócios de Impacto lucrativos	Sim
		4.1.10	Disseminar a possibilidade de OSCs e fundações serem sócias ou proprietárias de Negócios de Impacto como forma de executar ou financiar suas missões sociais, respeitada a restrição de não distribuição de lucro pelas fundações e OSCs	
9	Fundos Patrimoniais	4.1.8	Avançar na discussão da regulamentação dos fundos patrimoniais (endowment)	Sim

10	Estratégias Subnacionais	4.1.11	Apoiar a criação de Estratégias Locais de Investimentos e Negócios de Impacto em outras Unidades da Federação	Sim
----	--------------------------	--------	---	-----

2) Políticas locais desdobradas a partir da Enimpecto. Fonte: Enimpecto



Estratégia Estadual	Ano de Criação	Criado via
Rio Grande do Norte	2019	Lei Estadual nº 10.483 de 04 de fevereiro de 2019
Rio de Janeiro	2019	Lei Estadual nº 8.571 de 16 de outubro de 2019
Paraíba	2019	Projeto de Lei nº 1.409 de 12 de dezembro de 2019 (aguarda sanção do Governador)
Minas Gerais	2020	Lei Estadual nº 23.672 de 03 de julho de 2020
Ceará	2020	Projeto de Indicação nº 19 de 03 de dezembro de 2020 (aguarda sanção Governador)
Distrito Federal	2021	Lei Distrital nº 6.832 de 26 de abril de 2021
Pernambuco	2021	Lei Estadual nº 17.271 de 21 de maio de 2021
Alagoas	2021	Lei Estadual nº 8.471 de 26 de julho de 2021

Fonte: Enimpecto

Macro-objetivos

- 1) Propor e acompanhar legislações, normas e regulamentos que resultem no fortalecimento dos Investimentos e Negócios de Impacto;
- 2) Fortalecer a gestão de dados sobre Investimentos e Negócios de Impacto; e
- 3) Reconhecer e dar visibilidade aos Investimentos e Negócios de Impacto.

Quadro Resumo da Quantidade de Iniciativas Realizadas em cada macro objetivo por ano pelo Eixo 4: Promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e negócios de impacto

As 72 ações estratégicas da Enimpecto estão distribuídas pelos quatro Eixos Estratégicos e classificadas em 14 Macro Objetivos.

O Eixo 4 possui 3 Macro Objetivos e 20 ações estratégicas. Coube à liderança do Grupo de Trabalho selecionar as ações que seriam priorizadas nesse ano de 2021, uma vez que dadas as limitações de tempo, recursos e equipe seria impossível executar todas as ações simultaneamente.

Até o momento, foram priorizadas e iniciadas 11 ações, sendo que destas, 1 foi inteiramente concluída. As ações priorizadas contaram com iniciativas e entregas importantes que estão descritas nos tópicos correspondentes do documento.

Macro Objetivos	Quantidade Total de Ações	Ações Em Execução	Ações Concluídas	Ações Previstas para ocorrer até 2027
Propor e acompanhar legislações, normas e regulamentos que resultem no fortalecimento dos Investimentos e Negócios de Impacto	13	9	1	3
Fortalecer a gestão de dados sobre Investimentos e Negócios de Impacto	5	1	0	4
Reconhecer e dar visibilidade aos Negócios de Impacto	2	0	0	2
TOTAL	20	10	1	9

Na tabela **Situação das ações do Eixo 4: Promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e negócios de impacto**, as ações e iniciativas marcadas em verde são as que foram priorizadas pelo Comitê e que foram executadas entre 2018 e 2021. As azuis referem-se às ações e iniciativas concluídas. As demais serão executadas até 2027.

Tabela Situação das Ações do Eixo 4: Promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e negócios de impacto

ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO - ENIMPACTO							
AÇÕES PREVISTAS NO DOCUMENTO BASE							
EIXO 4: Promoção de um Macroambiente Institucional e Normativo Favorável aos Investimentos e Negócios de Impacto							
nº	Macro Objetivo	nº	Ação	Status	nº	Iniciativas	Ano de Realização
4.1	Propor e acompanhar legislações, normas e regulamentos que resultem no fortalecimento dos Investimentos e Negócios de Impacto	4.1.1	Avançar na discussão de política fiscal mais eficiente para investimento direto em Negócios de Impacto ou através de fundos de investimento de impacto	Prevista para ocorrer até 2027			
		4.1.2	Propor uma lei que trate sobre a criação de uma categoria de personalidade jurídica específica aos Negócios de Impacto	Concluída	4.1.2.1	Apresentar anteprojeto de Lei que cria a qualificação jurídica das “Sociedades de Benefício”	2018
					4.1.2.2	Tramitação interna do Projeto de Lei que cria a qualificação jurídica das “Sociedades de Benefício”	2019
					4.1.2.3	Seminário Internacional sobre Empresas de Benefício	2020
					4.1.2.4	Andamento do trâmite do PL que cria qualificação jurídica das Sociedades de Benefício	2020
					4.1.2.5	Acompanhamento do trâmite do PL que cria qualificação jurídica das Sociedades de Benefício	2021

			4.1.2.6	Participação na Consulta Pública sobre Projeto de Lei de Marco Legal dos Negócios de Impacto	2021
			4.1.2.7	Proposição do PLS nº 3.284/2021	2021
4.1.3	Promover as regulamentações necessárias para a estruturação dos Contratos de Impacto Social (SIBs)	Em Execução	4.1.3.1	Apresentar contribuições à legislação proposta para Contratos de Impacto Social (PLS 338/18)	2018
			4.1.3.2	Acompanhamento do PLS 338/18	2019
			4.1.3.3	Acompanhamento do PLS 338/18	2020
			4.1.3.4	Acompanhamento do PLS 338/18	2021
4.1.4	Propor regulações que aumentem a segurança jurídica para fundos de pensão desenvolverem estratégias de investimento de impacto	Prevista para ocorrer até 2027			
4.1.5	Apoiar, fortalecer e conceber a segurança jurídica necessária às OSCs que possuam Negócios de Impacto lucrativos	Em Execução	4.1.5.1	Consulta de Interpretação de Legislação Tributária referente à possibilidade de OSCs investirem em Negócios de Impacto	2019
			4.1.5.2	Consulta à COSIT sobre possibilidade de investimentos de institutos e fundações em negócios de impacto	2019

			4.1.5.3	Parecer sobre possibilidade de investimentos de institutos e fundações em negócios de impacto	2020
			4.1.5.4	Parecer sobre possibilidade de investimentos de institutos e fundações em negócios de impacto	2021
4.1.6	Regulamentar a constituição de Fundos Rotativos Sociais para fomentar os Negócios de Impacto	Prevista para ocorrer até 2027			
4.1.7	Avançar nas discussões sobre a modernização das leis de compras públicas, para incluir critérios de inovação e impacto	Em Execução	4.1.7.1	Decreto de Governança de Compras Sustentáveis	2019
			4.1.7.2	Contribuições ao Marco Legal de Startups	2020
			4.1.7.3	Contribuições ao Marco Legal de Startups	2021
			4.1.7.4	Contratações de Negócios de Impacto na Administração Pública	2021
4.1.8	Avançar na discussão da regulamentação dos	Em Execução	4.1.8.1	Apresentar propostas de ajustes ao PLS Nº 16 que trata dos fundos patrimoniais (Endowment)	2018

	fundos patrimoniais (endowment)		4.1.8.2	Consulta de Interpretação de Legislação Tributária referente à Lei de Fundos Patrimoniais (Endowment)	2019
4.1.8.3			Formalização à Receita Federal de consulta sobre a incidência de tributos sobre a atividade de gestão de fundos patrimoniais (endowment) por OSCs dotadas de isenções e imunidade	2020	
4.1.8.4			Formalização à Receita Federal de consulta sobre a incidência de tributos sobre a atividade de gestão de fundos patrimoniais (endowment) por OSCs dotadas de isenções e imunidade	2021	
4.1.9	Buscar a segurança jurídica nos investimentos em negócios de impacto	Em Execução	4.1.9.1	Contribuição à Consulta Pública da instrução CVM 588	2020
4.1.10	Disseminar a possibilidade de OSCs e fundações serem sócias ou proprietárias de Negócios de Impacto como forma de executar ou financiar suas missões sociais, respeitada a restrição de não distribuição de lucro pelas fundações e OSCs	Em Execução	4.1.10.1	Encaminhar um parecer do comitê para a Subsecretaria de Assuntos Econômicos da Casa Civil sobre possibilidade de investimentos de institutos e fundações em Negócios de Impacto	2018

			4.1.11.1	Acompanhamento de Legislações Estaduais de Investimento de Impacto	2019
			4.1.11.2	Rio Grande do Norte	2019
			4.1.11.3	Rio de Janeiro	2019
			4.1.11.4	Ceará	2019
			4.1.11.5	Minas Gerais	2019
			4.1.11.6	São Paulo	2019
			4.1.11.7	Interlegis	2019
			4.1.11.8	Políticas Locais de Investimentos e Negócios de Impacto	2020
		4.1.11	4.1.11.9	Acompanhamento Rio Grande do Norte	2020
			4.1.11.10	Contribuição ao decreto regulamentador no Rio de Janeiro	2020
			4.1.11.11	Município do Rio de Janeiro	2020
			4.1.11.12	Aprovação da Lei em Minas Gerais	2020
			4.1.11.13	Proposição nº 19/2020 no Estado do Ceará	2020
			4.1.11.14	Município de São Paulo	2020
			4.1.11.15	Goiânia	2020
			4.1.11.16	Sistema Nacional dos Investimentos e Negócios de Impacto - SIMPACTO	2020

				4.1.11.16	Políticas Subnacionais de Investimentos e Negócios de Impacto	2021
		4.1.12	Apoiar a estruturação de uma Rede Latino-Americana de Gestores Públicos envolvidos com a temática de investimentos e negócios de impacto	Em execução	4.1.12.1	2021
		4.1.13	Apoiar a criação da infraestrutura normativa e desenho da governança do Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto - SIMPACTO	Em execução	4.1.13.1	Estruturação do Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto - SIMPACTO 2021
4.2	Fortalecer a gestão de dados sobre Investimentos e Negócios de Impacto	4.2.1	Articular diferentes atores que possam contribuir para o levantamento de dados sobre o campo	Prevista para ocorrer até 2027		
		4.2.2	Estimular que os órgãos setoriais (Educação, Saúde, Justiça, etc.) disponibilizem informações sobre “Custos Unitários de Intervenção Social”	Prevista para ocorrer até 2027		
		4.2.3	Organizar as informações existentes nos bancos de dados governamentais para extrair dados de	Em Execução	4.2.3.1	Sondagens para promover levantamentos do setor de impacto no Brasil por meio do CNAE 2021

			mercado capazes de dar suporte às organizações sociais e aos negócios inclusivos e servir melhor a população de menor renda				
		4.2.4	Disponibilizar metodologias e resultados de avaliações de impacto das principais políticas públicas, assim como custos unitários de intervenção social, visando identificar oportunidades para fomento de Negócios de Impacto	Prevista para ocorrer até 2027			
		4.2.5	Produzir e disseminar guia com casos de Negócios de Impacto que já venderam para governos (municipais, estaduais e federal)	Prevista para ocorrer até 2027			
4.3	Reconhecer e dar visibilidade aos Negócios de Impacto	4.3.1	Fomento das Compras dos Negócios de Impacto via Campanhas publicitárias (exemplo: Compre do Pequeno)	Prevista para ocorrer até 2027			

		4.3.2	<p>Envolver redes e fóruns institucionais de promoção da inovação em governo, no debate sobre parcerias com o setor privado para viabilização de modelos de pagamentos por performance, como os Contratos de Impacto Social (SIBs) e parcerias público-privadas</p>	<p>Prevista para ocorrer até 2027</p>		
--	--	-------	---	---------------------------------------	--	--

Ações priorizadas e iniciativas realizadas em 2021 pelo GT 4

Ação 4.1.2 Propor uma lei que trate sobre a criação de uma qualificação jurídica específica aos negócios de impacto

Iniciativa 4.1.2.5 Acompanhamento do trâmite do PL que cria qualificação jurídica das Sociedades de Benefício

A minuta do anteprojeto de lei que pretende criar a qualificação jurídica das Sociedades de Benefício encontra-se em trâmite administrativo no Ministério da Economia sob o Processo SEI nº 52250.100355/2018-97 e recebeu parecer contrário exarado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) - Parecer SEI nº 17992/2020/ME.

Na oportunidade, foram realizadas 2 (duas) reuniões com o corpo técnico envolvido na análise para explorar questões de esclarecimento e aprofundar a origem e a sistemática da proposta societária, pontos estes que restaram formalizadas na Nota Técnica SEI nº 21131/2021 ME, conforme quadro esquemático com breve síntese abaixo:

Conclusões do Parecer SDE (Parecer SEI nº 17992/2020/ME)	Contribuições do Comitê da ENIMPACTO (Nota Técnica SEI nº 21131/2021 ME)
i. Promove desnecessária intervenção do Estado na esfera privada;	<p>Não se trata de intervenção, na medida que sua adesão é facultativa.</p> <p>A criação da qualificação das sociedades de benefício <u>é necessária</u>. A ausência dessa previsão torna os conceitos vazios e sem operacionalização prática. Não há autorregulação para temas de qualificação jurídica.</p> <p>Trata-se de uma das metas estipuladas pela ENIMPACTO para gerar segurança jurídica nos investimentos em negócios de impacto que já foi avaliada pela CONJUR como constitucional e pelo DREI como viável, indicando que a aprovação do PL não burocratizará ou aumentará custos.</p>
ii. Abre espaço para uma ampla gama de concessão de benefícios fiscais e/ou regulatórios no futuro;	<p>Evidência de mais de 10 anos de <i>benefit corporations</i> em outros países demonstra que o pleito de benefício fiscal não está presente.</p> <p>O tema chega mesmo a ser rechaçado tanto aqui, quanto em outras jurisdições para a criação das sociedades de benefício.</p> <p>O PL é de natureza societária exclusivamente. Atrair o tema tributário para a análise societária é indevido pela diferença da natureza jurídica dos temas e pelo fato de eventual discussão para a concessão de benefícios tributários ser possibilidade pouco provável.</p>

<p>iii. Desconsidera o arcabouço jurídico vigente, apto a lidar com questões socioambientais, seja em face da complexa legislação ambiental e social existente, seja pela existência de diversas e numerosas entidades do terceiro setor que prestam serviços sociais, valendo-se muitas delas de subsídios estatais;</p>	<p>Não são destinatárias do PL de Sociedades de Benefício as associações, fundações e organizações religiosas.</p> <p>Elas possuem natureza jurídica diversa e finalidade não lucrativa, o que são características totalmente diversas do objeto do PL.</p> <p>No modelo tradicional, o trabalho das organizações é <u>dependente</u> de financiamento externo (seja subvenção pública, seja doação privada), e ficam sujeitas às drásticas reduções de financiamento em determinados contextos.</p> <p>Por isso ser tão importante a geração de impacto positivo no curso de atividades lucrativas. É o que garante a perpetuidade de determinados esforços que sejam positivos, pela lógica de mercado.</p> <p>Todo o arcabouço jurídico vigente lida com as questões socioambientais na perspectiva da reparação/mitigação e prevenção de danos.</p> <p>Apesar dos princípios da função social da empresa não há legislação que identifique e qualifique os negócios que, ao realizar atividades lucrativas, também estejam gerando impacto positivo socioambiental.</p>
<p>iv. Cria potenciais vantagens econômico-financeiras discriminatórias a sociedades e empresas qualificadas, em relação às que, por determinação de seus acionistas, optem por perseguir o lucro</p>	<p>O lucro também é elemento fundante das sociedades de benefício. Não há diferença delas para outras empresas sobre esse aspecto.</p>
<p>v. Contraria a diretriz de desregulamentação, na medida em que propõe um tipo de qualificação já amplamente ofertada no mercado.</p>	<p>Conforme já analisado pelo DREI, sendo a proposta de qualificação de natureza societária, não há custo burocrático adicional.</p> <p>Além disso, não se trata de qualificação que já seja ofertada no mercado.</p>
<p>vi. Pode criar custos de conformidade às empresas que já incorporam práticas de cunho social e ambiental, por iniciativa própria, independentemente de intervenção regulatória</p>	<p>Hoje não há como reconhecer quais são as práticas de iniciativa própria de empresas que, de modo facultativo, desejam desenvolver negócios lucrativos com geração de impacto positivo.</p>

estatal.	
----------	--

O trâmite administrativo da proposta de criação da qualificação jurídica das Sociedades de Benefício recebeu encaminhamentos de expediente desde então, sem que, até o momento, tenha havido a decisão final de propositura e remessa para avaliação da Casa Civil.

Em paralelo a esse processo, como parte do resultado de uma consulta pública realizada pelo Senador Rodrigo Cunha, foi apresentado o PL 3284/2021 no Senado Federal que propõe, entre as naturezas, instituir a qualificação de Sociedades de Benefício, conforme detalhado no item abaixo.

Iniciativa 4.1.2.6 Participação na Consulta Pública sobre Projeto de Lei de Marco Legal dos Negócios de Impacto

Em maio de 2021, o Senador Rodrigo Cunha lançou uma consulta pública on-line onde apresentou um anteprojeto de lei com o objetivo de criar o “Marco Legal” para os negócios de impacto. Sendo a iniciativa de interesse do GT4 e em linha com os objetivos e premissas determinadas para a atuação da Enimpecto na pauta normativa, foi feita a análise da proposta, com participação ampla na reunião de audiência pública realizada pelo gabinete do Senador em 13 de maio de 2021.

Adicionalmente, comentários foram inseridos na plataforma digital onde a consulta pública foi formalizado parecer firmado pelos líderes dos grupos de trabalho da Enimpecto e mais 18 (dezoito) organizações do ecossistema nacional remetido ao Senador e equipe com os principais pontos.

A colaboração teve como propósito aproximar o teor da norma proposta aos interesses, conceitos e terminologias já solidificadas no campo. Foi destacado, ainda, a oportunidade de uma nova versão do anteprojeto de marco legal se traduzir na criação de uma proposta normativa que origine um sistema nacional para os investimentos e negócios de impacto, em consonância com a ação do Simpacto em desenvolvimento pela Enimpecto.

Iniciativa 4.1.2.7 Proposição do PLS nº 3.284/2021

Como resultado dos elementos coletados durante a consulta pública do Marco Legal dos Negócios de Impacto, o Senador Rodrigo Cunha propôs em setembro de 2021 o PL 3284/2021, que estabelece o Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Simpacto) e institui a qualificação das Sociedades de Benefício. Alguns dias depois, o Senador Jaques Wagner solicitou oitiva da Comissão de Meio Ambiente (CMA). O pedido aguarda a inclusão do requerimento na ordem do dia.

O projeto de lei representa um avanço relevante no processo de construção do Simpacto, que está detalhado adiante. A instituição Sistema por meio de uma lei ordinária tem sido percebida por distintos atores da administração pública, setor privado e sociedade civil organizada como o meio mais consistente.

Além disso, o PL 3284/2021 cria a qualificação jurídica das Sociedades de Benefício, estabelecendo os elementos qualificadores a serem adotados nos documentos constitutivos daqueles que desejarem adotá-la, preservando o arcabouço da legislação societária.

Ação 4.1.3 Promover as regulamentações necessárias para a estruturação dos Contratos de Impacto Social (CISs)

Iniciativa 4.1.3.4 Acompanhamento do PLS 338/18

A proposta dispõe sobre a criação da figura do Contrato de Impacto Social – CIS, que é o acordo de vontades por meio do qual uma entidade pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, se compromete a atingir determinadas metas de interesse social, mediante o pagamento de contraprestação do poder público, condicionada à verificação, por agente independente, do atingimento dos objetivos.

O projeto é de autoria do Senador Tasso Jereissati e o relator atual é o Senador Antonio Anastasia. Desde fevereiro de 2020, o projeto se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde teve o requerimento apresentado pelos Senadores Rogério Carvalho e Humberto Costa aprovado para realização de audiência pública.

No entanto, por conta da pandemia e limitação da agenda dos trabalhos das Comissões, a matéria ainda não foi pautada. Com o apoio da Direção Geral do Senado Federal, o GT4 segue em contato com parlamentares membros da Comissão para apoio oportuno à matéria.

Ação 4.1.5 Apoiar, fortalecer e conceber a segurança jurídica necessária às OSCs que possuam Negócios de Impacto Lucrativos

Iniciativa 4.1.5.4 Parecer sobre possibilidade de investimentos de institutos e fundações em negócios de impacto

Essa ação teve início quando na reunião do Comitê Enimpecto de 06 de dezembro de 2018 foi apresentado pelo GT4 um Parecer Jurídico sobre a Solução de Consulta COSIT nº 524, de 04.12.2017¹ que exarou o entendimento de as entidades sem fins lucrativos que realizem investimento em participação societária em sociedades empresárias estariam sujeitas à perda da isenção tributária em relação ao IRPJ e a CSLL sobre o ganho de capital na venda da participação societária e da imunidade em relação ao imposto de renda retido na fonte sobre o recebimento de juros sobre o capital próprio.

Com a aprovação do Parecer Jurídico na reunião plenária da Enimpecto, foram realizadas reuniões com a equipe da COSIT para a apresentação das razões e fundamentos para a manutenção do regime tributário das OSCs que detenham participações societárias em empresas, notadamente quando estas são organizadas na forma de negócios de impacto e possuem missão compatível entre si. A segurança das OSCs quanto ao regime tributário pode significar a ampliação no volume de capital filantrópico para o ecossistema de impacto, uma tendência e uma realidade em inúmeros países.

Assim, em 2019 a Subsecretaria de Inovação e Transformação Digital formalizou consulta à COSIT apresentando as razões para a revisão da Solução de Consulta nº 524 de forma a promover o ambiente

¹ Íntegra da Solução de Consulta COSIT nº 524, de 04.12.2017 disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=88644>

normativo favorável para que as OSCs atuem também como investidoras e promotoras de negócios de impacto.

A resposta foi objeto da Solução de Consulta nº 121, de 16 de setembro de 2021, onde o entendimento já exarado em 2017 pela Solução de Consulta 524 foi integralmente mantido, resultando em grande desestímulo e praticamente vedação para que OSCs detenham participação societária em negócios de impacto. Segue a ementa:

Assunto: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. IMUNIDADE E ISENÇÃO. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. VEDAÇÃO.

A aquisição de participação societária por parte das organizações sociais qualificadas a gozar de imunidade e isenção tributárias, afasta o direito ao gozo das benesses fiscais por contrariedade ao requisito de que todas as rendas, recursos e eventual superávit sejam aplicados integralmente na manutenção dos seus objetivos, que devem ser a prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, sem fins lucrativos, e não a participação em sociedade empresária, que possui inerente fim lucrativo.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 524, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Constituição Federal de 1988, art. 150, VI, "c" e §4º; Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional- CTN), arts. 9º e 14; Lei nº 9.532, de 1997, arts. 12 e 15.

Assunto: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. IMUNIDADE E ISENÇÃO. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. VEDAÇÃO.

A aquisição de participação societária por parte das organizações sociais qualificadas a gozar de imunidade e isenção tributárias, afasta o direito ao gozo das benesses fiscais por contrariedade ao requisito de que todas as rendas, recursos e eventual superávit sejam aplicados integralmente na manutenção dos seus objetivos, que devem ser a prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, sem fins lucrativos, e não a participação em sociedade empresária, que possui inerente fim lucrativo.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 524, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Constituição Federal de 1988, art. 195, §7º; Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional- CTN), arts. 9º e 14; Lei nº 9.532, de 1997, arts. 12 e 15.

Tomando conhecimento da Solução de Consulta 121, de 16 de setembro de 2021, o GT4 promoveu reunião com organizações interessadas, advogados e juristas interessados no tema para entendimento das possibilidades de ação individuais e coletivas.

² <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=120440>

Entendendo que o campo dos negócios e investimentos de impacto está em franca expansão e existem inúmeras iniciativas nacionais e internacionais que visam integrar as atividades do mercado e da filantropia em prol de soluções socioambientais, e, ainda, que a visão fisco-administrativa pode ser ampliada no futuro por uma escuta participativa do campo, o GT4 propõe como encaminhamento dessa ação:

(i) manutenção do diálogo com a Receita Federal e a COSIT;

(ii) solicitação à Receita Federal de compromisso escrito para que eventual ato normativo sobre as matérias objeto das Soluções de Consulta 121 e 178 seja precedido de consulta pública para manifestação dos interessados, na forma dos artigos 29 e 30, da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, conforme alterado) e do artigo 18 do Decreto Regulamentador nº 9.830, de 10 de junho de 2019; e

(iii) produção de conhecimento, realização de eventos, criação de grupos de pesquisa e estudos para aprofundar e qualificar a discussão sobre o tema.

Ação 4.1.7 Avançar nas discussões sobre a modernização das leis de compras públicas, para incluir critérios de inovação e impacto

Iniciativa 4.1.7.3 Contribuições ao Marco Legal de Startups

A Lei Complementar número 182 instituiu em 01 de junho de 2021 o Marco Legal das Startups e do empreendedorismo inovador. O então PLP 146/2019 foi encaminhado ao Senado Federal no final de 2020 após aprovação na Câmara dos Deputados. O relator do projeto, Senador Carlos Portinho realizou audiência pública no dia 11 de fevereiro. O GT4 participou ativamente mobilizando atores do ecossistema e contribuindo com uma proposta de emenda para criação de uma qualificação de startups de benefício, inspirada nos moldes da proposta de Sociedades de Benefício integrante de uma das ações priorizadas do grupo.

O texto, no entanto, não foi modificado e foi aprovado, sem destaques remanescentes, em 24 de fevereiro. Em 02 de junho, o projeto foi sancionado pela Presidência da República e publicado no Diário Oficial da União dia 04 de junho.

Iniciativa 4.1.7.4 Contratações de Negócios de Impacto na Administração Pública

Em 19 de julho de 2021, a SEGES publicou a Portaria SEGES/ME nº 8678, que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Um dos avanços da portaria é a inclusão do conceito de Negócios de Impacto nas contratações públicas. A definição usada é a constante no artigo 2º do Decreto nº 9.977/19, que reinstituíu a Enimpecto.

A avaliação do GT4 é que a portaria cria caminhos para que gestores públicos consigam priorizar a contratação de negócios de impacto. A elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), obrigatória aos órgãos, exige a previsão de ações voltadas para a inclusão dos negócios de impacto. Aqueles negócios de impacto que estiverem atrelados a causas ambientais e/ou fomento da inovação terão ainda mais preponderância.

O PLS deverá nortear a elaboração do Plano de Contratações Anual que, por sua vez, subsidiará a elaboração das propostas orçamentárias. Por isso, são grandes as chances de que as previsões do PLS, que favorecem a contratação dos negócios de impacto repercutam nas propostas orçamentárias, e se tornem efetivos processos licitatórios federais.

Os negócios de impacto terão ainda outra porta de entrada por meio da Política de Integração com o mercado fornecedor e com associações empresariais (outro instrumento de governança previsto na Portaria nº 8.678/21). Estes negócios poderão atuar no diálogo com o Poder Público, para garantir processos licitatórios com requisitos compatíveis com o porte e maturidade de suas iniciativas (art. 15, inciso I, da Portaria). A previsão faz referência expressa ao art. 21 da Nova Lei de Licitações, que trata da participação de interessados no processo licitatório por meio de audiências públicas, provável mecanismo a ser utilizado para viabilizar o referido diálogo entre poder público e negócios de impacto:

Art. 21. A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, audiência pública, presencial ou a distância, na forma eletrônica, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive de estudo técnico preliminar e elementos do edital de licitação, e com possibilidade de manifestação de todos os interessados.

Além disso, por meio desta Política de Integração, o órgão ou entidade da administração pública se compromete a “estabelecer exigências sempre proporcionais ao objeto a ser contratado, para assegurar que as oportunidades sejam projetadas de modo a incentivar a ampla participação de concorrentes potenciais, incluindo novos entrantes e pequenas e médias empresas”. Ou seja, com a previsão da portaria, será possível cobrar igualdade de condições para participação nas contratações públicas por parte dos negócios de impacto e/ou empresas entrantes no mercado, como startups.

Ação 4.1.8 Avançar na discussão da regulamentação dos fundos patrimoniais

Iniciativa 4.1.8.4 Formalização à Receita Federal de consulta sobre a incidência de tributos sobre a atividade de gestão de fundos patrimoniais (endowment) por OSCs dotadas de isenções e imunidade

Essa ação tem origem no ano de 2019, quando foram realizadas reuniões com a COSIT para o esclarecimento junto à Receita Federal dos pontos de dúvida sobre a legislação tributária aplicável aos fundos patrimoniais constituídos sob a égide da Lei nº 13.800/2019 dado que o texto legislativo foi omissivo na matéria fiscal.

Como resultado das reuniões, foi apresentada consulta formal pela Subsecretaria de Inovação e Transformação Digital à COSIT, cuja resposta foi apresentada em 29 de setembro de 2021, por meio da publicação da Solução de Consulta nº 178 onde constou que o entendimento é o de que as Organizações Gestoras de Fundos Patrimoniais (OGFP) não terão direito à imunidade de impostos quanto os rendimentos auferidos (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS).

A íntegra da Solução de Consulta pode ser acessada pelo site da COSIT³ e a ementa referente às normas gerais de direito tributário reproduzimos abaixo:

ORGANIZAÇÕES GESTORAS DE FUNDOS PATRIMONIAIS. INAPLICABILIDADE DAS IMUNIDADES. ART. 150, VI, C. SUBJETIVIDADE. ENTIDADE QUE NÃO SE CONFUNDE COM A INSTITUIÇÃO APOIADA. IMUNIDADE DOS IMPOSTOS QUANTO AO PATRIMÔNIO, RENDA OU SERVIÇOS RELACIONADOS A FINALIDADES ESSENCIAIS DA PRÓPRIA ENTIDADE IMUNIZADA. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.

As organizações gestoras do fundo patrimonial são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que terão o intuito de gerir patrimônio para constituírem recursos de longo prazo para apoiar instituições.

As instituições apoiadas e as organizações gestoras de fundos patrimoniais são pessoas jurídicas distintas, cada qual com seu respectivo tratamento tributário.

As imunidades do art. 150, VI, “c” da CF/88 são atreladas ao sujeito passivo, e limitam o poder de tributar quanto aos impostos, as rendas patrimônios e serviços desses contribuintes apenas naquilo que for relacionado às suas finalidades essenciais.

Dispositivos Legais: art. 150 da Constituição Federal, de 1988; arts. 9º e 14 do Código Tributário Nacional; art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e Lei nº 13.800 de 4 de janeiro de 2019.

Com a publicação da Solução de Consulta, o GT4 realizou uma reunião com as organizações da sociedade civil diretamente interessadas e avaliou caminhos possíveis em prol do desenvolvimento juridicamente seguro e fiscalmente viável para a sustentabilidade financeira da filantropia interessada e dedicada aos negócios de impacto no país. Outras repercussões foram observadas no campo, uma das quais a publicação de uma Carta Aberta à Receita Federal pela Coalizão pelos Fundos Patrimoniais Filantrópicos⁴.

Ação 4.1.11 Apoiar a criação de estratégias locais de investimentos e negócios de impacto em outras unidades da federação

Iniciativa 4.1.11.16 Políticas Subnacionais de Investimentos e Negócios de Impacto

No ano de 2021 foram editadas leis que criam Políticas Estaduais para os Investimentos e Negócios de Impacto nos estados de **Pernambuco** (Lei Estadual nº 17.271, de 21.05.2021), **Alagoas** (Lei Estadual nº

³ Íntegra da Solução de Consulta COSIT nº 178, de 29.09.2021 disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?naoPublicado=&idAto=120857>

⁴ Carta Aberta à Receita Federal disponível em: <https://www.idis.org.br/carta-aberta-a-receita-federal/>

8.471, de 26.07.2021), **Distrito Federal** (Lei Distrital nº 6.832, de 26.04.2021) e também no município de **Terezópolis de Goiás** (Lei Municipal nº 538, de 21.05.2021).

Somando estas às criadas nos anos de 2018, 2019 e 2020, existem hoje um total de **9 (nove)** políticas subnacionais de investimentos e negócios de impacto, das quais, uma (Rio Grande do Norte) já possui Decreto Regulamentador publicado, comitê instituído e está em pleno funcionamento. As demais estão em fase de elaboração e publicação dos respectivos Decretos Regulamentadores.

A atuação do GT4 nessa ação se dá no apoio individual ao ecossistema local que busca criar a sua política local de forma compatível com a Enimpecto, com realização de reuniões periódicas com advogados e gestores interessados no tema, revisão de documentos e propostas diversas e oferta de conteúdo sobre a estratégia federal, as estratégias locais e os documentos inerentes à institucionalização.

A partir de 2021, além do apoio individual, o GT4 se dedicou também à articulação para a co-criação do Simpecto, em parceria com a ENAP e consultoria da ABC Associados, conforme detalhado em item específico abaixo.

Como panorama geral, o quadro abaixo identifica as localidades e a fase em que se encontram na criação e instituição de uma política para os investimentos e negócios de impacto nas diversas regiões do país.

#	ESTADO / MUNICÍPIO	ARTICULAÇÃO	LEI VIGENTE	DECRETO REGULAMENTADOR
1.	Rio Grande do Norte	realizada em 2018	Lei Estadual nº 10.483/2019	Decreto Estadual nº 28.767/2019
2.	Rio de Janeiro	realizada em 2019	Lei Estadual nº 8.571/2019	a ser publicado
3.	Paraíba		Projeto de Lei nº 1.409/2019 (aguarda sanção do Governador)	a ser publicado
4.	Minas Gerais	realizada em 2020	Lei Estadual nº 23.672/2020	a ser publicado
5.	Distrito Federal	realizada em 2020 e 2021	Lei Distrital nº 17.271/2021	a ser publicado
6.	Ceará	realizada em 2019, 2020 e 2021	Projeto de Indicação nº 19/2020 (aguarda sanção do Governador)	a ser publicado
7.	Pernambuco	realizada em 2019	Lei Estadual nº 17.271/2021	a ser publicado
8.	Alagoas		Lei Estadual nº 8.471/2021	a ser publicado
9.	Terezópolis de Goiás	realizada em 2021	Lei Municipal nº 538, de 21.05.2021	a ser publicado
10.	Goiás	realizada em 2021	a ser editada	a ser publicado
11.	Santa Catarina	realizada em 2021	a ser editada	a ser publicado

12.	Paraná	realizada em 2021	a ser editada	a ser publicado
13.	Rio Grande do Sul	realizada em 2021	a ser editada	a ser publicado
14.	Amazonas	realizada em 2021	a ser editada	a ser publicado

Ação 4.2.3 Organizar as informações existentes nos bancos de dados governamentais para extrair dados de mercado capazes de dar suporte às organizações sociais e aos negócios inclusivos e servir melhor a população de menor renda

Iniciativa 4.2.3.1 Sondagens para promover levantamentos do setor de impacto no Brasil por meio do CNAE

Um dos principais desafios para o fortalecimento do ecossistema de investimentos e negócios de impacto é a identificação e classificação destes empreendimentos à luz das normativas e legislação existentes. O Decreto nº 9977/19, que reinstalou a Enimacto, oferece uma contribuição nesse sentido ao estabelecer um conceito para negócios de impacto em seu artigo 2º, inciso I, como *“empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável”*. Ao mesmo tempo, a Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto, após consulta a diversos atores do campo, estabeleceu quatro critérios cumulativos para a identificação de um negócio de impacto: (i) intencionalidade de resolução de um problema social e/ou ambiental; (ii) solução de impacto é a atividade principal do negócio; (iii) busca de retorno financeiro, operando pela lógica de mercado; e (iv) compromisso com monitoramento do impacto gerado.

Com base nos critérios da Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto, a Pipe.Social realizou em três edições um mapeamento onde buscou identificar os atores deste segmento econômico. Na primeira, em 2017, foram identificados 579 empreendimentos. Dois anos depois, em 2019, o novo estudo trouxe informações sobre 1.002 negócios de impacto; e uma terceira edição, de 2021, organizou dados sobre 1.272 empreendimentos de impacto.

Contudo, sob a perspectiva da Enimacto, considera-se a necessidade de se obter uma base de dados consistente e de grande alcance a fim de sustentar o desenho e implementação de políticas públicas para o ecossistema. Para fins de comparação, o Mapa de Empresas do Ministério da Economia realiza trimestralmente um levantamento de mais de 18 milhões de empresas, enquanto o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), realizado pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) a cada dois anos, mostra 815 mil organizações ativas no país.

A ausência de um conceito claro e uma classificação específica nos bancos de dados oficiais limita a avaliação de impacto da atuação da própria estratégia nacional, bem como atrofia os esforços de outros atores de mercado e da sociedade que buscam informações críveis para o desenvolvimento de soluções para o campo e o seu monitoramento ao longo do tempo.

Após estudos e diálogos com diversos atores, incluindo o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), apresentamos a proposta de criação de um novo código para a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) específico para os negócios de impacto, que possa ser aplicado para entidades com ou sem finalidade lucrativa.

O CNAE seria aplicado a todos aqueles que buscam ser identificados como negócios de impacto e seria um código de atividade secundária do empreendimento. Após a criação do código, uma ampla convocação precisaria ser feita por atores do ecossistema para a sua adoção, o que permitiria à Enimpecto, junto com outros aliados como IPEA, iniciar um processo de extração e tratamento da base a partir do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) e de outras que utilizam as mesmas informações cadastrais.

Um código de classificação reconhecido e legitimado por instituições públicas e privadas, pavimenta um caminho de desenvolvimento do ecossistema que inclui oferta de crédito e acesso a compras públicas governamentais, bem como mais segurança jurídica a empresários e investidores desse campo.

Adicionalmente, o CNAE, na qualidade de código de atividade econômica, não influencia a discussão de natureza societária que pode seguir de forma paralela. Inclusive, sendo os negócios de impacto uma atividade atualmente existente no país e exercida por organizações com e sem finalidade lucrativa, a existência do CNAE é uma medida necessária para adequada reflexão da realidade fática nos cadastros nacionais.

Foi relatada a dificuldade em alterar a sistemática de coleta de informações do CNAE, haja vista que trata-se de uma base cujos parâmetros são internacionalmente pactuados. Dada a impossibilidade de incluir um código para o CNAE, o GT4 realizou uma série de reuniões com lideranças da Enimpecto, o IPEA e o IBGE com o objetivo de avaliar alternativas que pudessem fortalecer a captura e gestão de dados dos empreendimentos de impacto. O GT4 seguirá a reflexão sobre alternativas com os líderes da Enimpecto.

Ação 4.1.12 Apoiar a estruturação de uma Rede Latino-Americana de Gestores Públicos envolvidos com a temática de investimentos e negócios de impacto

Iniciativa 4.1.12.1 Projeto EUROsociAL

A segunda etapa da parceria com o EUROsociAL envolve a articulação da Rede Latino-Americana de Gestores Públicos de Impacto, uma ação que possui o objetivo de formar uma comunidade prática de funcionários públicos que trabalham com a questão de investimentos e negócios de impacto. O intuito é contribuir com a construção de uma rede que atue como espaço de troca de boas práticas, experiências e informações e, que ao mesmo tempo, promova a implementação da agenda de Negócios e Investimentos de Impacto na América Latina, aumentando a visibilidade junto aos cidadãos e a conscientização sobre a importância de se ter políticas sobre o assunto.

Foram dois encontros em 2021 que envolveram representantes do Brasil, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Peru e Uruguai. A expectativa é que em 2022 seja entregue um documento que sintetiza os

principais achados e recomendações do grupo para os Secretários de cada país, de forma a avançarmos com a formalização de ações que resultem em um ecossistema de impacto mais robusto na região.

No dia 24 de junho foi realizada a primeira reunião da Rede Latino-Americana, visando ampliar o envolvimento de outros países da região que apresentem ações de promoção da economia de impacto. O segundo encontro da Rede foi realizado em setembro de 2021 no modo virtual. Na ocasião, foi possibilitado o aprofundamento do assunto por meio de contribuições de especialistas convocado pelo EUROsociAL, bem como foi reservado um período para que os demais participantes pudessem falar sobre a realidade de cada país no que se refere às políticas de apoio aos investimentos e negócios de impacto.

A Representante da UE Laure Rogés (Gerente de Programa na Divisão de Operações Regionais da América Latina e Caribe da Comissão Europeia) afirma que cada vez mais países e instituições estão a aderir a esta iniciativa e isso mostra um bom interesse no assunto. A urgência dos problemas atuais requer a mudança para um modelo de desenvolvimento sustentável, que permite abordar questões como as mudanças climáticas, aproveitando as novas tecnologias digitais. Segundo ela, a visão da União Europeia é que esses desafios devem ser enfrentados em conjunto, que se sintetizam nos 3 P's para Prosperidade, Pessoas e Planeta.

Ação 4.1.13 Apoiar a criação da infraestrutura normativa e desenho da governança do Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto – SIMPACTO

Iniciativa 4.1.13.1 Estruturação do Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto - SIMPACTO

O desdobramento da Enimpecto para estratégias locais tem gerado uma mobilização, engajamento e articulação de atores nacionais e subnacionais em prol do fortalecimento do ecossistema de investimentos e negócios de impacto. O Comitê da Enimpecto aprovou em 2020 que o projeto de sustentação a longo prazo da Estratégia Nacional seria a construção do que eventualmente poderá ser um Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (SIMPACTO), uma estrutura institucional e normativa que possibilite a integração de todas as ações e grupos de trabalho realizados e promovidos pelas estratégias existentes nas esferas federal, estadual e municipal. O GT4 é o grupo responsável por coordenar este esforço e propor a infraestrutura normativa para o projeto.

Para isso, foram contratados a consultoria ABC Associados, responsável por coordenar os atores nacionais e subnacionais na elaboração da proposta, e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para realização de oficinas de co-criação do projeto.

Instituições Participantes do GT 4

- 1) Sistema B
- 2) Ministério da Economia (ME);
- 3) Comissão de valores Mobiliários (CVM);
- 4) Casa Civil (PR);

- 5) Receita Federal do Brasil (RFB);
- 6) Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados;
- 7) Diretoria-Geral do Senado Federal;
- 8) Escola Nacional de Administração Pública (ENAP);
- 9) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- 10) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Organizações convidadas:

- 1) Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS);
- 2) SITAWI – Finanças do Bem
- 3) Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados

Sugestão de ações a serem priorizadas em 2022

O plano de trabalho do GT4 para o próximo ano está centrado na gestão e acompanhamento do desenvolvimento do Simpecto e na expansão de estratégias subnacionais. Além disso, as ações priorizadas do grupo nos anos anteriores também exigem seguimento e estarão na agenda dos colíderes:

- a) Ação Estratégica:** Com o apoio da ABC Associados e da ENAP, o GT4 coordenará a conclusão das oficinas de co-criação do SIMPACTO.

Iniciativas:

- a.* Após o encerramento da primeira etapa de co-criação envolvendo atores nacionais e subnacionais, há 3 oficinas planejadas para construção de elementos do modelo de governança e outras 2 oficinas para construção do *roadmap*, ou plano de desenvolvimento.
 - b.* Com isso, o GT4, com a facilitação da ABC Associados, consolidará os resultados e os apresentará na oficina de encerramento planejada para 2022, com a participação de atores nacionais, subnacionais e lideranças da ENIMPACTO.
- b) Ação Estratégica:** Desde 2018, o GT4 tem priorizado a proposição e acompanhamento de pautas normativas que fortalecem o ecossistema de investimentos e negócios de impacto. Para o próximo ano, o grupo se propõe seguir com as seguintes ações:
- a.* Proposta de Qualificação das Sociedades de Benefício: Acompanhamento da tramitação do projeto no Ministério da Economia e avaliação de alternativas legislativas.
 - b.* Acompanhamento do PLS 338/2018: articulação e mobilização de parlamentares na tramitação da proposta na CCJ.

- c. Entendimento tributário dos Fundos Patrimoniais: Acompanhamento das ações coordenadas pela Coalizão dos Fundos Patrimoniais que buscam rever a solução de consulta da COSIT que tributa fundos patrimoniais.
- d. Investimentos de OSCs em Negócios de Impacto: Após solução de consulta da COSIT, avaliar alternativas administrativas e judiciais para reduzir a insegurança jurídica e ampliar oferta de capital para o campo.

Co-criação do Simpecto: conclusão das oficinas envolvendo atores nacionais e subnacionais, bem como lideranças da Enimpecto, consolidação dos resultados e proposição de infraestrutura normativa para a iniciativa.

CONCLUSÃO

Em 2022, a Enimpecto completa 5 anos de existência, ou seja, cumpre metade do seu curso de vigência de 10 anos previsto no decreto original. A avaliação é que há um senso de urgência para se avançar em propostas normativas, regulatórias e legislativas que, de fato, criem um ambiente institucional favorável ao ecossistema de investimentos e negócios de impacto.

O grupo identifica a necessidade de mais incidência normativa, em especial, após os resultados das Soluções de Consulta da COSIT sobre investimentos de OSCS em empresas e o entendimento tributário de Fundos Patrimoniais; bem como insucesso em incorporar a dimensão de impacto na criação de startups no país por meio de uma proposta de emenda ao PLP 146/2019, que originou o Marco Legal de Startups.

A necessidade de influência resulta da percepção de que decisões recentes, sejam administrativas ou legislativas, geram uma segurança jurídica aquém do esperado e do necessário para a viabilização de políticas públicas favoráveis ao campo. Tais decisões evidenciam, sobretudo, a falta de entendimento sobre o tema pela Administração Pública, na contramão da tendência mundial e numa aparente perda de oportunidade de ampliação da força de solução dos graves problemas sociais e ambientais do país.

Iniciativas globais têm proposto mudanças nas regras do jogo em direção a um sistema econômico inclusivo, equitativo e regenerativo, alinhado com os desafios e oportunidades dessa década. Entre elas, o *Better Business Act*⁵, no Reino Unido, propõe no parlamento britânico que **todas** as empresas incorporadas no país atuem, de maneira mandatória, com propósito de geração de impacto positivo, responsabilidade com as partes interessadas da cadeia de valor nas decisões de curto e longo prazo, e o compromisso com a transparência ao medir, gerenciar e reportar o triplo impacto das empresas.

Nesse sentido, acreditamos que o país pode e deve pautar matérias que busquem redefinir o papel dos negócios na sociedade, passando a gerar bens públicos e sendo aliados do Estado e da Sociedade na construção de um outro país possível. É imperativo, contudo, o entendimento do papel da Administração Pública na criação de um ambiente viabilizador, empreendedor e inovador. Algumas das ferramentas estão postas nas ações da Enimpecto e, se viabilizadas, poderão deixar nos 5 anos subsequentes de vigência da estratégia um legado pautado em caminhos concretos, claros e seguros onde as empresas e investidores, como parte da engrenagem econômica tragam consigo também soluções e benefícios sociais e ambientais.

⁵ <https://betterbusinessact.org/>

ANEXOS

Plataformas existentes de mapeamento do ecossistema de Investimento e Negócios de Impacto no Brasil

<https://pipe.social/>

<https://desafioconexsus.org/mapa/>

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/prosperidade/relatorio-de-negocios-inclusivos.html>

<http://origensbrasil.org.br/produtos>

<http://sistemab.org/espanol/comunidad-empresas-b/busqueda-de-empresa-b/empresas-b-brasil/>